

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 5 — Primeira quinzena de junho de 1982 — Cr\$ 50,00.

Recado do Lula



A minha Seleção

São muitos esquisitos os raciocínios políticos segundo os quais se o Brasil ganhar a Copa, vai ser bom para o Governo, e se perder, vai ser bom para a Oposição.

A vitória ou a derrota do Brasil na Copa não piora nem melhora a situação do povo. Nós, trabalhadores, nos apaixonamos pelo futebol na hora do jogo. Depois, ou antes, continuamos com os mesmos problemas e as mesmas dificuldades de sempre. E não é por causa do futebol que vamos deixar de fazer as coisas que temos que fazer para melhorar nossa situação de todo dia.

Sabemos que futebol não enche barriga. Mas não somos ingênuos nem hipócritas: gostamos de futebol e não temos de ter vergonha disso. Além de gostar, eu acredito que o Brasil vai ganhar essa Copa, e quero que ganhe.

Para não fugir à regra, me coloco como um dos cento e vinte milhões de técnicos brasileiros e aqui vai meu recado para o Telê Santana: temos de repetir o que foi feito em 1970. Não botar em campo os melhores jogadores. Minha seleção ideal: Waldir Peres, Leandro e Oscar; Luisinho de quartazagueiro, Batista ou Cerezo de médio volante e Júnior de lateral esquerdo. Na linha: Paulo Isidoro na ponta direita, Falcão de meia-direita, Sócrates de centro-avante, Zico de meia-esquerda e Eder na ponta esquerda.

Lula

Voltam as greves em todo o País

Um panorama da mobilização do trabalhador

Pág. 4



As conquistas do ABC foram estendidas a fábricas de outras regiões. E outras categorias também tiveram vitórias

Índios vão se reunir em Brasília

Pág. 5

A UNE e a defesa de Javier Alfaya

Pág. 3

Tribunal Bertha Lutz e a mulher

Pág. 5

Boldrim e a música sertaneja

Pág. 7

Posição do Brasil no Atlântico

Pág. 2

Figueiredo quer sair na TV

Pág. 3

O Povo Contra a Fumaça



Na periferia de São Paulo a fábrica Alliperti vem envenenando os pulmões e a vida dos moradores há quase vinte anos. Agora, organizado, o povo está disposto a acabar com essa pouca-vergonha. A foto mostra um aspecto da passeata dos moradores.

Última página

Até quando, prefeitos biônicos?

O Congresso não aprovou, na semana passada, a Emenda Fruct, que restabelecia a eleição direta para prefeito nas Capitais e em numerosos outros municípios que o Conselho de Segurança Nacional acha perigosos. Não houve votação porque faltou quórum. E, enquanto isso, alguma das mais importantes cidades do Brasil continuarão sendo dominadas pelos prefeitos biônicos, à sombra das Forças Armadas.

Pág. 3

Prisões e mortes em Rondônia

A conquista do novo Estado de Rondônia, pelas grandes empresas capitalistas e pelos latifundiários, está sendo feita nos mesmos moldes com que foi feita em quase todas as partes do território brasileiro: exploração do trabalhador do campo, prisões, perseguições, violências, torturas e mortes. Até agora não foram soltos Francisco Cesário, líder rural, e outros que se rebelam contra a violência.

Última página

Está começando a campanha no Rio

Os candidatos e a alternativa de oposição

RIO — Até o momento não apareceu ninguém para substituir Emílio Ibrahim como candidato do PDS ao Governo do Rio de Janeiro. A indicação desse nome (ele era secretário do governador Chagas Freitas) foi uma tentativa do regime para rachar o chaguismo no Rio. Mas não deu certo, porque a candidatura foi retirada.

Enquanto isso, o chaguismo continua tentando fazer seu sucessor no Governo do Rio, através da figura de Miro Teixeira, que, em entrevista a "O Globo", em 19 de novembro de 1978, declarou: "O meu ídolo político é Chagas Freitas e mais ninguém." Quem aparece, pelos jornais e pela TV, como o principal opositor de Miro é Sandra

Cavalcanti. Mas ela já foi líder da Arena e, em 1977, na Assembléia, ameaçou os opositoristas com fitas e gravações do Serviço Nacional de Informações (SNI). Leonel Brizola também é candidato, mas sua campanha, até agora tímida, não promete grande coisa.

Para os trabalhadores, para as forças de oposição, para inúmeros setores democráticos do Rio, quem tem aparecido, até o momento, como a alternativa contra o regime, federal ou local, é Lysâneas Maciel, candidato do PT. Ele e seus companheiros de chapa serão lançados publicamente na festacômico do dia 10 de junho, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.



Lysâneas Maciel, candidato ao Governo

O PT e as correntes de esquerda Pág. 6

Editorial

A Greve do ABC

A recente greve dos metalúrgicos do ABC deve ser objeto de profunda reflexão. Ela foi deflagrada num momento de aparente refluxo do movimento operário e sindical. Num momento em que predomina, em certos meios sindicais, a tese de que os trabalhadores estão atemorizados por causa do desemprego e da recessão. E, no entanto, numa significativa demonstração de consciência, de organização e de coragem, um conjunto dos trabalhadores do País inicia e termina uma greve que obteve inegáveis ganhos econômicos e políticos.

Os metalúrgicos do ABC conseguiram 5,5% de aumento, menos que pretendiam inicialmente, mas que é mais do que os patrões inicialmente queriam dar, com sua proposta escalonada. E mais, também, do que o Estado, através desse seu instrumento que é a Justiça do Trabalho, queria oferecer. Além disso, conseguiram os metalúrgicos do ABC outros itens de sua pauta de reivindicações. E, mais ainda, essas conquistas tiveram de ser estendidas aos metalúrgicos de outras regiões do Estado.

Por isso tudo, a greve foi vitoriosa. Vitoriosa, também, porque obrigou os patrões das fábricas de automóveis a sentarem na mesa para negociar. Com isso, provocou uma cisão entre o empresariado, reconhecida pela própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A greve também foi vitoriosa porque demonstrou que estavam errados certos dirigentes sindicais subordinados à Federação dos Metalúrgicos, que tudo fizeram para impedir o acordo. Vitoriosa, ainda,

porque os metalúrgicos do ABC, em nenhum instante perderam nem a firmeza nem a serenidade: acertaram os momentos exatos de começar, prosseguir e terminar a greve.

Algumas lições importantes podem ser tiradas dessa greve. Uma é a de que são os trabalhadores, mais do que os dirigentes de seus sindicatos, que sabem qual é o momento mais oportuno para uma greve. E esse momento é aquele em que os próprios trabalhadores estão organizados para fazer, continuar a interromper a greve, com ganhos reais.

Outra lição é a de que não se mede a capacidade da direção de um sindicato nem pelo tempo em que está no posto e nem pela corrente sindical a que pertença. Mas sim pela sua identidade com a base, pelos seus compromissos com a categoria. Isso foi claramente demonstrado pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

E, finalmente, outra lição é a de que a consciência, a organização, a firmeza, e, principalmente, a unidade concreta na luta, podem levar os trabalhadores a deitar por terra tanto o derrotismo de certos meios sindicais quanto a arrogância do patronato, com sua propalada, mas falsa, unidade monolítica.

Até o final deste ano por certo surgirão outras greves. Se forem bem conduzidas pelos trabalhadores, serão igualmente vitoriosas. No final do ano, os trabalhadores poderão fazer o balanço e verificar quanto tiveram de ganho real, econômico e político. E isso é fundamental para a organização da classe trabalhadora.

Nos Estados Unidos

Está aumentando a diferença entre os ricos e os pobres

Reagan não gostou do que revelou uma revista

Uma das mais importantes revistas semanais de circulação nacional dos Estados Unidos, a "Newsweek" (equivalente à brasileira "Isto É"), publicou, em recente edição, matéria especial de capa que teve grande repercussão, naquele país, denunciando o aumento da pobreza depois do início do governo Reagan.

Baseada em números oficiais, a revista mostra que os cortes das despesas públicas promovidos por Reagan aumentaram o fosso que separa os 2% da população americana que recebem mais de 80 mil dólares por ano (cerca de 1 milhão de cruzeiros por mês), dos 18% que ganham menos de 10 mil dólares (cerca de 150 mil cruzeiros), por ano; enquanto os ricos terão um aumento de sua renda anual de 15 mil dólares em 1983, os mais pobres perderão 240 dólares. Além disso, aumentou muito o

número de pessoas consideradas oficialmente pobres (famílias de 4 pessoas que ganham menos de 8.414 dólares por ano — equivalente a 105 mil cruzeiros por mês). Os pobres são agora cerca de 18 milhões de pessoas (cerca de 13% da população), dos quais 30% são negros (embora os negros sejam 12% da população) e cerca de 2/5 são crianças.

O presidente Reagan ficou tão furioso com a reportagem de "Newsweek" que recomendou a seus correligionários do Partido Republicano que cancelem as assinaturas da revista. E para efeito de comparação: enquanto 13% dos americanos vivem com menos de 105 mil cruzeiros por mês, 86% dos brasileiros vivem com menos de 48 mil cruzeiros (ou seja, três salários mínimos de São Paulo).

Pergunta e Resposta

O objetivo desta seção é responder às perguntas e dúvidas do leitor sobre os mais diversos assuntos, que afetam diariamente a sua vida. Para fazer a consulta, o leitor deve escrever para o seguinte endereço: JORNAL DOS TRABALHADORES, Seção "Pergunta e Resposta", Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, CEP 01318, São Paulo, SP.

Mantido o voto vinculado, o Diretório Municipal quer lançar candidatos às cadeiras da Câmara Municipal, mas não lançar candidatos à Prefeitura, terá seus votos anulados?

Terá não só seus votos anulados, como as consequências serão bem piores.

Em resposta a uma consulta feita por um deputado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esclareceu o seguinte: o Partido que tiver Diretório formado ou tiver o número suficiente de filiados que possibilitem a sua formação, será obrigado a lançar candidatos à Prefeitura e à Câmara Municipal. Se não o fizer, ficará impossibilitado, também, de lançar candidatos ao cargo de deputado estadual e federal, inviabilizando, dessa forma, o Partido em todo o Estado, por ser obrigatório o lançamento de chapa completa a todos os níveis.

O que é necessário para filiar-se ao Partido dos Trabalhadores?

Para filiar-se ao PT é necessário ser eleitor no exercício de seus direitos políticos e declarar que está de acordo com o Estatuto e com o Programa do PT. A lei exige ser eleitor, mas os maiores de 16 anos e menores de 18 anos também podem filiar-se aos partidos, só não tendo direito a voto nas Convenções.

Se uma pessoa já está filiada a outro partido e quiser entrar para o PT, deverá cancelar sua antiga filiação antes de entrar para o novo partido. Deverá pedir seu desligamento através de uma carta dirigida à Comissão Diretora Municipal do partido do qual está se desligando. Para maiores explicações procurar o Núcleo de Base ou Diretório do PT mais próximo de sua casa ou de seu local de trabalho.

Com a vinculação total dos votos e a extinção do voto na legenda, pode o eleitor deixar em branco alguns cargos quando for votar?

Podê. Até agora o que a lei exige é que o eleitor vote em candidatos de um único partido. Se votar em mais de um partido, seu voto será anulado. Se deixar alguns cargos em branco e o restante for em candidatos de um mesmo partido, esses votos são válidos. E se votar só na legenda, sem colocar o nome ou o número do candidato, o voto será anulado para aquele cargo.

O trabalhador optante pelo FGTS pode fiscalizar os depósitos, acompanhando a movimentação e sua conta?

Sim. Ele deve, através de uma carta, solicitar o saldo ao banco responsável pelos depósitos, podendo também fazê-lo através de seu sindicato.

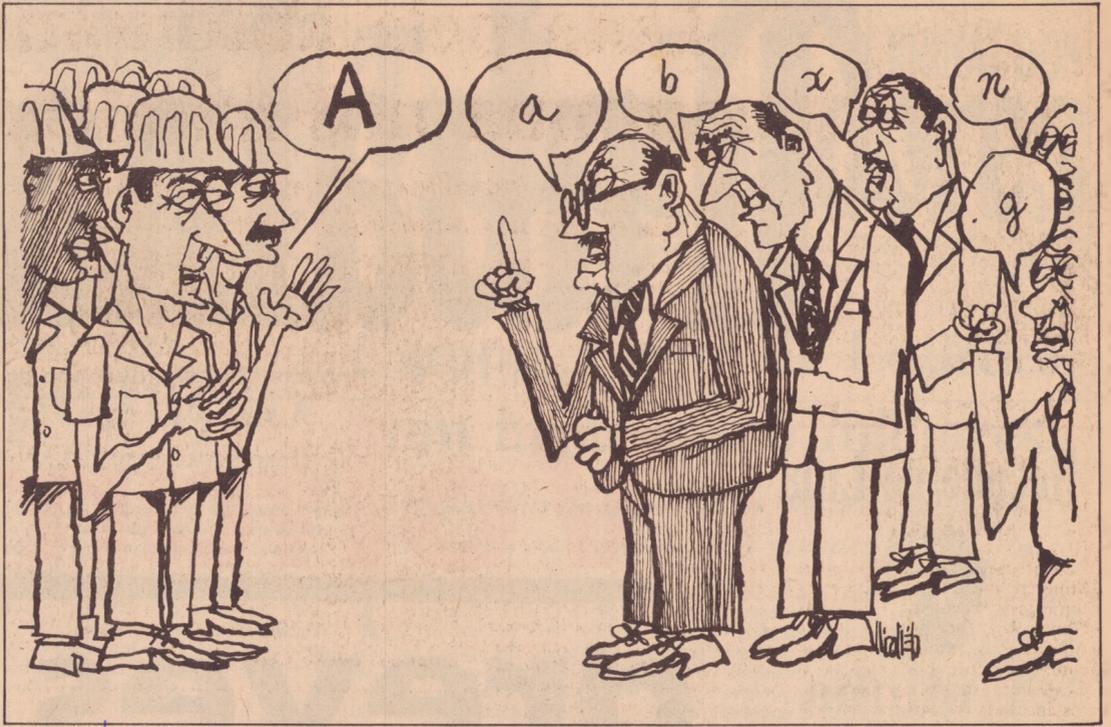
Os bancos são obrigados a fornecer aos optantes o extrato contendo todos os depósitos realizados, correção monetária, juros e saldo. Isso permite ao empregado fiscalizar os depósitos em sua conta, podendo reclamar junto ao INAMPS quando a empresa não os efetuar. Se isso acontecer, a empresa ficará sujeita a multa, que será de 15% sobre o débito em atraso quando este não ultrapassar 30 dias e de 30% quando for superior a um mês, respondendo, também, por juros e correção monetária do recolhimento em atraso.

Quando o empregado estiver afastado de sua função por acidente de trabalho, a empresa deve continuar com o depósito do FGTS?

Sim. Quando o empregado estiver afastado por motivo de doença, a empresa suspende o depósito do FGTS, mas quando o afastamento for por acidente de trabalho, a empresa deve continuar a depositar o FGTS normalmente.

Em quantos anos prescreve o direito de reclamar o FGTS, quando a empresa não o tiver depositado?

O trabalhador tem 30 anos para reclamar o FGTS na Justiça, quando a empresa não tiver depositado.



Internacional

O Brasil e o Atlântico

Freitas Diniz analisa a posição do Governo no conflito das Malvinas

No dia 10 de maio, o deputado federal Freitas Diniz, do PT do Maranhão, pronunciou um discurso na Câmara dos Deputados sobre a situação das Malvinas. Dado o agravamento da guerra no Atlântico Sul, transcrevemos a seguir, daquele discurso, o trecho que se refere à posição do Brasil no conflito:

A guerra entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das Malvinas afeta diretamente aos interesses brasileiros. Um conflito prolongado naquela zona, com sua militarização por um período de tempo provavelmente muito mais longo ainda, é coisa que nenhum governo brasileiro poderia desejar, não havendo de modo algum a hipótese — levantada por um ministro do general Figueiredo, o sr. Camilo Pena — de que o Brasil possa assistir ao conflito no Atlântico Sul sem com ele perder ou ganhar nada.

Só tem a perder

Parece claro que o Brasil, ainda que venha a auferir, aqui e ali, vantagens de natureza econômica, só tem a perder com a situação que se criou nas Malvinas. Observe-se, desde logo, que é por ali, pelas rotas do Atlântico Sul, que chega a maior parte de nosso petróleo importado, algo em torno de 80%. Basta isto para assinalar o quanto nos deve preocupar o que ocorre naquela zona.

Há, porém, outras razões para apreensão. Por sua posição geográfica, possui o Brasil legítimas aspirações ao domínio de uma parte da Antártida, como de resto a

própria Argentina, o Uruguai, a África do Sul, o Chile, a Austrália e a Nova Zelândia. Mas a Antártida é igualmente cobiçada pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pela URSS, que tratam de se estabelecer no Pólo Sul com amparo exclusivo no poderio econômico e militar de que dispõem, e não em argumentos de natureza geográfica. É evidente que a militarização da zona das Malvinas, quer dizer, do Atlântico Sul, interfere nas pretensões brasileiras quanto a Antártida. E mais, provoca nos militares brasileiros sentimentos patrióticos equivocados, bem como manifestações anticomunistas ridículas, que fatalmente nos engajarão numa louca corrida armamentista na América Latina de consequências funestas para o nosso povo. Estamos enfrentando dificuldades sérias no campo econômico e social e o nosso povo não teria como arcar com mais esse ônus, que seria causado com os gastos militares, a não ser que se exigisse, aí sim, um sacrifício suplementar e antipatriótico.

Objetivos e interesses

Nas suas declarações, os militares brasileiros não deixam dúvidas quanto às suas avaliações e objetivos.

Avaliações e objetivos que não incluem, salvo algumas exceções, os verdadeiros interesses dos povos latino-americanos e sua integração.

O conflito nas Malvinas não poderia deixar de envolver, portanto, o Brasil, como

de fato envolveu, e não apenas a partir de nosso desempenho na Organização dos Estados Americanos, — onde lideramos a aprovação de um documento pró-Argentina — ou por havermos fornecido aviões ao governo de Buenos Aires. Tais atitudes, bem como a nossa condenação ao embargo econômico e militar imposto pelo Mercado Comum Europeu e, posteriormente, pelos EUA à Argentina, são apenas consequências da posição que assumimos por ocasião do desembarque de tropas argentinas no arquipélago disputado. Convém examinar, portanto, qual a política adotada pelo Governo Figueiredo desde que a Argentina ameaçou pela primeira vez, resolver pela força sua pendência com a Grã-Bretanha.

É verdade que, se levarmos em conta tão somente as declarações feitas à imprensa pelo presidente da República, seremos obrigados a concluir que o Brasil não tem nenhuma política para o Atlântico Sul, posição nenhuma quanto às Malvinas. Com seu humor característico, o general Figueiredo disse recentemente que o conflito não lhe tira o sono e diz a razão: porque "nunca tive namorada nas Malvinas e minha mãe não mora na Argentina". Chega às raias do inacreditável que o presidente de uma das maiores nações do globo, da maior nação da América Latina, se permita brincadeiras desse tipo a respeito de uma situação tão grave.

Consideremos, porém, com boa vontade — e cedendo a um paradoxo — que as palavras do chefe do Governo não representam o pensamento do Governo, servindo apenas para enriquecer a antologia de frases de efeito do general Figueiredo. Vejamos o que dizem outros membros do Governo.

O ministro da Indústria e do Comércio, sr. Camilo Pena, em entrevista publicada pelos jornais do dia 1º de maio, declara que o Brasil não poderá tirar vantagens do conflito, mas também não pretende sair prejudicado. Como já dissemos trata-se de uma esperança inocua sem amparo na análise objetiva dos fatos e dos interesses do Brasil no Atlântico Sul. Também é do ministro Camilo Pena, a informação de que "se houver guerra, o Brasil irá vender a quem comprar bem, pois no comércio não adotamos posições ideológicas, e sim uma atitude de pragmatismo responsável". Estranhas palavras.

Primeiro, porque não existe evidentemente nenhum conflito ideológico na disputa das Malvinas; segundo, porque não se pode imaginar o Brasil vendendo armas para os dois lados, quando nossa chancelaria se proclama a favor de uma solução negociada e apoia a reivindicação argentina de soberania sobre as ilhas.

A política brasileira para o Atlântico Sul deve ser localizada, por conseguinte, não nas brincadeiras do general Figueiredo, nem nas formulações desatentas e equivocadas do Ministro da Indústria e Comércio, mas sim na conduta do nosso Ministério das Relações Exteriores.



As mães da Praça de Maio, na Argentina

Cartas

"Venho acompanhando o Jornal dos Trabalhadores desde seu lançamento e gostaria de apresentar algumas sugestões: que fosse criada uma seção dedicada aos problemas da educação no Brasil, bem como a posição do PT nessa área; que fossem divulgadas, através do JT, as reivindicações das mais diversas categorias profissionais; e que o jornal divulgasse e desse espaço aos grupos de poetas, cineastas e músicos independentes, que tentam furar o monopólio da cultura comercial..."

Claudio Alexandre Teixeira — São Paulo SP.

"Consegui o primeiro número do nosso jornal maravilhoso e quero uma assinatura. Aqui é o fim do mundo, sei que chegará com atraso, mas vale a pena recebê-lo mesmo depois. Aqui os companheiros lutam com muita dificuldade financeira, mas com a coragem própria

dos seringueiros do Amazonas. Vai ser uma alegria quando no domingo próximo mostrar o grande comunicador: Jornal dos Trabalhadores..."

Marina Célia Vasconcellos — Boca do Acre, AM

"... são as seguintes as reivindicações mais imediatas do Movimento Homossexual em São Paulo: apoio dos políticos e/ou partidos para a extinção imediata do parágrafo 302.0, do Código de Saúde do INAMPS, que rotula o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual (...); fim da repressão e prisão arbitrária de homossexuais (...); fim da discriminação sexual no trabalho; (...) direito à livre manifestação pública do afeto, independente da orientação sexual; inclusão de informações sobre homossexualidade, de forma não preconceituosa, nos projetos de educação sexual nas escolas públicas..."

Movimento Homossexual em São Paulo

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional. Quinzenário Reg. 055615/82. Redação e Administração: Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 CEP. 01318 — São Paulo — SP — Brasil — tels.: (011) 37-3595 e (011) 34-1809

Editor Responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5.436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Produção Gráfica: Etilas Andrade. Cd. Marcionides de Oliveira. Fotografia: Samuel Javelberg, Bio Zenna

Composição e Frotolito: Editora Letra Ltda. Rua Artur de Azevedo, 1977. Tel. 212-5061. Impressão: Cia Editora Jorgens, Rua Gastão da Cunha, 49. Tel. 531-8300. SP

Foto: Ruy P. Teixeira
Javier, presidente da UNE

Ackel quer expulsar Javier

O processo de expulsão que o Ministério da Justiça está movendo contra o presidente da União Nacional dos Estudantes, Javier Alfaya, é a primeira utilização ostensivamente política que o Governo faz da Lei dos Estrangeiros aprovada em 1980.

Francisco Javier Ulpiano Alfaya Rodriguez é espanhol de nascimento mas vive no Brasil desde os seis anos de idade. Há tempos, pediu sua naturalização, que foi negada. A legislação proíbe aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no País, e o Governo aproveitou esta brecha para punir o dirigente da entidade nacional dos estudantes brasileiros.

Inquérito

Javier foi interrogado pela Polícia Federal, em Salvador, que determinou que ele ficasse em liberdade vigiada. Assim, ele está proibido de deixar a cidade de Salvador sem autorização prévia, até o final do inquérito. Durante cinco horas e meia, na sexta-feira, dia 22, o presidente da UNE esteve na Polícia Federal atendendo a intimação para depor. Apesar da acusação referir-se ao "exercício de atividades proibidas para estrangeiros", parte do interrogatório girou em torno das atividades da UNE.

Os advogados de Javier Alfaya, Luiz Eduardo Greenhalgh e Ronilda Noblat requereram a nulidade do processo de expulsão alegando que a defesa não foi previamente notificada da acusação, e entrou com um habeas-corpus preventivo no Tribunal Federal de Recursos para anular a liberdade vigiada a que Javier está submetido. O habeas-corpus, entretanto, foi negado.

Apoios

Diversas manifestações foram organizadas em todo o País em apoio a Javier. No mesmo dia em que prestava depoimento, a UNE promoveu na PUC de São Paulo um ato público que contou com a participação de representantes de entidades estudantis e partidos de oposição, e alguns sindicatos.

Na quarta-feira, 26 de maio, outro ato público, em São Paulo, no Largo de São Francisco, também repudiou a tentativa de expulsão. Diversos telegramas estão sendo expedidos para o ministro da Justiça, pedindo que Javier não seja expulso.

Funcionalismo faz Congresso

Está marcado para os dias 20, 21 e 22 de agosto deste ano o 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo. O Congresso está sendo convocado pela Federação Paulista de Servidores Públicos e pela Comissão Estadual de Mobilização da Categoria, e tem como principais objetivos o avanço da organização do movimento a nível estadual e o encaminhamento das lutas no segundo semestre (tais como a luta pelo reajuste semestral e pelo direito de sindicalização dos funcionários públicos).

Processamento terá reunião

As Associações dos Profissionais de Processamento de Dados (APPDs) de todo o País realizarão entre 10 e 13 de junho próximo, em São Bernardo do Campo, o III Congresso Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados.

Os principais temas em debate serão a regulamentação da profissão, a criação de sindicatos de profissionais em processamento, a robotização da indústria brasileira e as alternativas para uma política nacional de informática.

Luta pela autonomia continua nos municípios

Falta de quórum impediu aprovação de emenda que restabelecia eleições diretas nos municípios de segurança nacional em 82

A votação da Emenda Constitucional do deputado Maurício Fruet, que restabelecia as eleições para prefeito e vice nos municípios sem autonomia política já em 1982, foi adiada, por falta de quórum, no último dia 26. A matéria teve sua votação adiada para o dia 28 de maio, quando, segundo avaliações dos parlamentares, novamente não seria obtido quórum. Com isso, a emenda seria arquivada e dificilmente realizadas eleições naqueles municípios este ano.

No início da sessão, do dia 26, o PDS propôs o adiamento da votação por 48 horas. Votaram contra 153 deputados (sendo 3 do próprio PDS) e a favor 10 (todos do PDS). Foi então requerida verificação de quórum. E constatou-se que não havia número legal para a realização da votação, que ficou adiada por 48 horas.

Faltaram à sessão 257 deputados, sendo 210 do PDS, 35 do PMDB, 5 do PTB, 5 do PDS e 2 do PT, os deputados Antonio Carlos, de Mato Grosso do Sul, e Freitas Diniz do Maranhão.

Eleições diretas

A Emenda Fruet foi a última (e talvez a mais importante) tentativa de se garantir as eleições diretas em todos os municípios brasileiros para os cargos de prefeito e vice ainda em 1982. Ela representou o esforço de milhares de pessoas que há vários anos vêm se mobilizando com o objetivo de devolver a autonomia política a todas as cidades do País.

As lideranças de oposição e as populações das cidades que perderam sua autonomia como resultado do regime de violência que se instalou no Brasil jamais perderam a disposição de lutar pela reconquista de seus direitos. Nas estâncias hidrominerais, nos municípios declarados de interesse da segurança nacional, nas capitais dos Estados, a luta pela autonomia nunca deixou de existir.

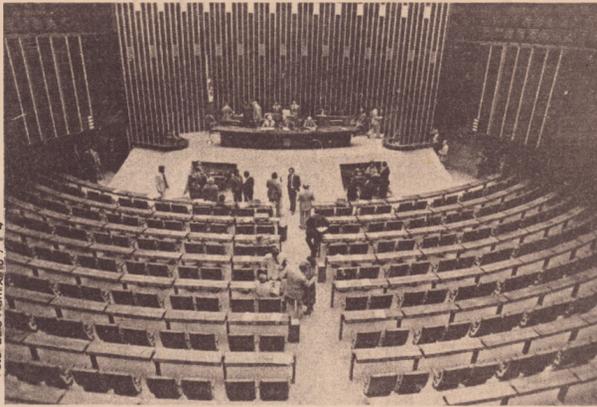
Momentos diversos

Contudo, esta luta teve momentos diversos. Na fase de maior repressão da ditadura militar, entre 1968 e 1975, ela se restringia a atos e reuniões pequenas, quase todas em recinto fechado, e a gestões junto aos poderosos, realizadas por líderes parlamentares.

Com o avanço dos movimentos populares, a partir de 1976 principalmente, a batalha pela autonomia chegou às ruas e ganhou novo ânimo. Em 23 de junho de 1981, representando o resultado desta nova força do movimento pela autonomia, foi fundado o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal (Conam), integrado por representantes de todas as camadas da população. O Comitê já realizou dois encontros nacionais e vem tentando centralizar e canalizar todas as manifestações que, em diversos locais, ocorrem em favor da autonomia municipal.

Mais um aliado

Desde sua criação, o Partido dos Trabalhadores se integrou na luta pela autonomia municipal. Os diretórios do PT nas cidades que

Foto: Luis Humberto / F 4
Faltou quórum no Congresso.

PDS retira-se do plenário

Mais uma vez o partido do Governo — o PDS — mostrou que não defende os interesses populares. A bancada pedessista fugiu do plenário para que a emenda Fruet não fosse aprovada.

Ficou claro que o próprio presidente Figueiredo voltou mais uma vez atrás na sua palavra. Ele havia prometido rever a relação dos municípios considerados áreas de segurança nacional, a fim de permitir a eleição direta dos prefeitos em diversos municípios. Quando esteve em Santos pela última vez, por exemplo, Figueiredo fez um discurso comprometendo-se a excluir o município da relação. Na hora em que é votado um projeto com esse objetivo, no entanto, o que se viu foi o partido do Governo bater vergonhosamente em retirada.

Quantos são?

Existem atualmente 132 municípios — incluindo as capitais — onde os eleitores não elegem os prefeitos. A escolha depende

da vontade dos governadores e das Assembleias Legislativas. O caso do Distrito Federal ainda é mais significativo: existem cerca de 500 mil eleitores sem qualquer tipo de representação. Em Brasília, não há Câmara de Vereadores nem Assembleia Legislativa. Os brasilienses sequer têm o direito de eleger deputados federais e senadores. Como se vê, a população de Brasília sofre uma discriminação sem sentido.

O PT no Distrito Federal tem participado ativamente da campanha pelo direito de voto. Aliás, o PT defende eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. E, naturalmente, que também os moradores de Brasília devem eleger seus vereadores, deputados, senadores e, obviamente, o governador. Vários candidatos do PT ao Governo de Estado têm-se comprometido a realizar eleições para a Prefeitura das capitais, mesmo que a lei continue determinando a escolha indireta.

O que é a emenda

Por garantir um direito democrático elementar dos cidadãos brasileiros, a Emenda Fruet contou com a adesão de todos os setores populares do País, que se fizeram representar nas galerias do Congresso Nacional durante a sua votação.

Figueiredo associa-se à Globo e burla a legislação eleitoral

Virgínia Galvez

BRASÍLIA — Não satisfeito com a parafernália de casuísticos eleitorais, o partido do governo inicia neste dia 30 a sua campanha eleitoral na televisão. Trata-se do programa "O povo e o presidente", que a Rede Globo ofereceu de bandeja ao PDS. O programa será transmitido semanalmente em cadeia nacional para todo o País.

Nele, o presidente Figueiredo responderá a perguntas enviadas pelos telespectadores, selecionadas previamente pelo Gabinete Civil da Presidência da República.

Protesto

O Partido dos Trabalhadores protestou contra mais esse ato abusivo através do mandato de segurança impetrado pelo deputado Antônio Carlos de Oliveira, do Mato Grosso do Sul, ao Tribunal Superior Eleitoral. O objetivo é impedir a transmissão

desse programa, que, como disse Antônio Carlos, "confirma acordos antieéticos, seja com relação aos demais partidos, seja com relação às outras empresas de rádio e televisão".

Não se poderá argumentar, observa o deputado, que o presidente da República, como chefe da Nação, estaria dissociado de seu partido. Este ano é de

Foto: Luis Humberto / F 4
E as oposições, general?

eleições. E no confronto das idéias e das propostas partidárias quer o PDS usar o seu presidente de honra para difundir seus pontos de vista.

Segundo Antônio Carlos, o programa já é uma violação da legislação eleitoral, que proíbe, desde o dia 15 de maio, a difusão de programas partidários através do rádio e da televisão. "Mas — afirma a direção do PDS, em decisão combinada com os interesses comerciais da maior rede de televisão do País — a Globo — procura burlar a lei, difundindo o seu programa e as suas teses através de respostas do presidente de honra do seu partido."

No mandato, Antônio Carlos requer inclusive uma liminar, pedindo a suspensão do programa. O ministro Décio Miranda, no entanto, indeferiu o pedido: o programa vai ser transmitido enquanto o TSE não julga o mérito do requerimento feito pelo parlamentar do PT.

Palanque

Despojos

Pegou mal o bate-boca entre Brizola e Ivete Vargas em recente debate no programa de Ferreira Neto, na TVS. Pegou pior a súbita retirada de Brizola quando Ivete ainda estava falando. Afinal, para quem ouviu o programa, quase não há divergências entre os dois. A única diferença de monta é para saber quem fica com a herança política de Getúlio Vargas.

Mas, se os próprios trabalhadores do País não estão disputando essa herança, por que os dois estão?

Derrota

O deputado pedessista Benedito Campos deixou escapar uma confissão: "Se a cúpula do PDS não trabalhar para que se permita a reeleição de prefeitos, ela estará levando o PDS ao suicídio".

Dupla confissão, aliás: uma é que o partido do Governo vai ser derrotado, outra é que o partido do Governo não hesita em fazer as mais vergonhosas manobras para não ser derrotado.

Minorias...

Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 119 milhões de brasileiros, 54,77% são brancos, 38,45% são pardos, 5,89% são pretos e 0,63% são amarelos.

Portanto, mais de 44% dos brasileiros são descendentes de

negros e de índios. E ainda há gente que chama isso de minorias...

Ofendidos

O prefeito de Bocaina, no Estado de São Paulo, e o secretário municipal do PDS, sentiram-se ofendidos com os discursos feitos pelos oradores nas comemorações locais do Primeiro de Maio. Dias depois, foram à Delegacia para tentar abrir um processo contra os oradores.

Mas até agora não conseguiram. E nem conseguiram intimidar os sindicalistas e os oposicionistas de Bocaina.

Faz mas rouba...

A assessoria de um candidato do PDS paulista, ligado ao antigo PSP de Ademar de Barros, procurou um famoso publicitário para encarregá-lo de planejar a sua campanha eleitoral. O publicitário não aceitou, mas sugeriu um bom slogan: "Eu vim para devolver..."

União é isso aí

Outro deputado pedessista, Armando Pinheiro, fez denúncias de corrupção da Previdência Social em São Paulo. É que o presidente do Instituto é o ex-deputado João Pedro de Carvalho Neto, ligado a Laudo Natel, rival de Reynaldo, candidato do Maluf. O pessoal do Governo é assim: só interrompe a comilança em cima do povo quando é para se comerem uns aos outros.

Corrupção Eleitoral

Governador capixaba engana senadores

Empréstimos vão para obras eleitoreiras

VITÓRIA — O governador biônico do Espírito Santo, Eurico Vieira de Rezende, conseguiu, através de artimanhas de seus assessores, burlar o Senado Federal e contrair empréstimos da ordem de 24 milhões e 850 mil dólares junto ao City Bank de Nova Iorque, para realizar obras que servem para sua campanha eleitoral.

O empréstimo foi contraído com aval do banco oficial do Estado, o Banestes, e com garantia do Fundo do Petróleo, que recebe verba do Departamento Estadual de Rodagem (DER).

Propaganda do governo

A denúncia foi feita na Assembleia Legislativa do Espírito Santo pelo deputado estadual Roberto Valadão, peemedebista, que afirmou que os empréstimos contraídos ilegalmente pelo governador Eurico Rezende no Exterior serão recebidos parceladamente por empresas particulares. Essas empresas são vencedoras de um processo de licitação que resultou de conchavos entre seus diretores e a sede do Governo.

Para contrair os empréstimos no Exterior, principalmente em moeda estrangeira, ou mesmo servir de avalista, o Banestes (por ser um banco estatal) teria obrigatoriamente, que ter aprovação do Senado Federal. No entanto, não houve essa aprovação.

O dinheiro que o Governo do Espírito Santo tomou emprestado foi utilizado na construção de estradas em municípios interioranos. Mas somente os gastos com propaganda do governador nas empresas de rádio, jornal e televisão da Capital e do Interior ultrapassaram em muito os custos

reais das obras civis. Além disso, os custos por quilometragem de construção de estradas chegaram a 37 milhões de cruzeiros no Norte do Estado e a 26 milhões de cruzeiros no Sul.

Para se ter uma idéia dos exageros desses custos, no Município capixaba de Cachoeiro de Itapemirim, estradas nos mesmos moldes das estaduais foram construídas com custos por quilometragem que não chegaram a 3 milhões de cruzeiros.

Os empréstimos serviram apenas para financiar a campanha do partido do governo (PDS) e seus candidatos no Espírito Santo. Segundo foi denunciado, com os empréstimos, a empresa Ceesa ganhou uma concorrência para construir três obras no valor total de 6.830 mil dólares; a Oxford para construir duas obras no valor de 6.200 mil dólares; a Carioca para construir uma obra no valor de 3.800 mil dólares; e a Andrade Gutierrez construirá uma obra no valor de 8 milhões de dólares.

Pagamento

Esses empréstimos só começarão a ser pagos pelo próximo governo estadual. O Estado começará a resgatar a dívida dentro de 30 meses, quando vence o período de carência, no segundo semestre de 1984, ocasião em que os 24.850.000 dólares serão equivalentes a 50 bilhões de cruzeiros, tomando em conta a desvalorização da moeda nacional, os juros e a correção monetária. Quando a dívida for totalmente paga, dentro de cinco anos que é o período de amortização, o montante será de aproximadamente cem bilhões de cruzeiros.

Pacote da Previdência é inconstitucional

O juiz argumentou que nenhum novo serviço para os aposentados foi criado que justificasse os novos descontos. Além disso, a Constituição desautoriza alteração de alíquotas de contribuições sociais sem aprovação do Congresso.

Por tudo isso, o Decreto-Lei 1.910/81, o famoso "Pacote da Previdência", foi julgado inconstitucional no que se refere a percentuais descontados dos aposentados. Entretanto, a decisão do juiz Osvaldo Álvares não é definitiva. Ela deverá ser submetida a recursos a tribunais superiores, onde poderá ser mantida ou não.

Um grupo de 14 aposentados da cidade de Bajé, que havia obtido sua aposentadoria antes de ser estabelecido o desconto de 3 a 5% nos seus benefícios, conseguiu liminar para um mandato de segurança por ele impetrado contra o IAPAS.

Segundo a decisão do juiz federal Osvaldo Moacir Alvares, os aposentados têm direito à assistência médica sem ter que recolher os descontos, pois, além de um direito social, ela foi paga por eles através da contribuição mensal e compulsória que fizeram enquanto trabalhavam.

Radio Peão

Processamento

A Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Pernambuco (APPD-PE) acaba de realizar eleições para renovar o seu conselho deliberativo para o biênio 82/83. A única chapa concorrente chamava-se Tempo Novo, e os principais pontos de sua plataforma são a regulamentação da profissão e a criação do sindicato da categoria.

Impostos

A população de Itanhaém, cidade do litoral paulista, está revoltada com o aumento abusivo dos impostos que a Prefeitura do Município vem estabelecendo. O Imposto Territorial elevou-se quatro vezes em relação ao ano passado; o Imposto Predial elevou-se sete vezes em relação ao mesmo período; e a taxa de lixo subiu dez vezes.

Requerimento vergonhoso

Com o pretexto de "tirar os menores da rua para evitar o caminho do vício", o vereador Luis Casagrande, do PDS de Moji Guaçu, em São Paulo, apresentou à Câmara de Vereadores da cidade um requerimento pedindo ao Governo federal a volta da lei que permitia às empresas pagar metade do salário mínimo aos menores de 12 a 16 anos. Com a justificativa de dar emprego aos menores, o vereador do PDS quer na realidade oferecer às empresas mão-de-obra mais barata, agravando o desemprego. O requerimento foi aprovado.

Sociólogos

A luta dos sociólogos pela criação de sindicatos da categoria teve grande impulso em São Paulo com a criação da Comissão Pró-Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Coordenada pela Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), a Comissão pretende realizar um amplo trabalho de mobilização da categoria para que seja possível requerer a carta sindical ao Ministério do Trabalho o mais breve possível.

Injustiça do trabalho

Ademar Miguel foi demitido na S.A. Frigorífico Anglo, de Barretos - SP. Ele fora admitido na empresa em 22 de setembro de 1981 e, sofreu um acidente de trabalho no mês seguinte: teve fratura exposta no indicador da mão direita. Em janeiro de 82 o INPS decidiu sobre o acidente e, no dia 20 do mesmo mês, Ademar foi demitido. Foi à Justiça do Trabalho e perdeu a causa. Apesar do dissídio prever a estabilidade provisória de 6 meses, o juiz trabalhista negou a competência do mesmo, que tem validade no período de 17 de dezembro a 16 de dezembro do ano seguinte.

Os lotes

Os moradores de Vila Carmosina, zona leste da cidade de São Paulo, organizaram uma comissão para exigir das autoridades competentes o recebimento dos talões de Imposto Predial referentes aos lotes que adquiriram de José Jacinto Dias e Rosa Telmo Rodrigues, antigos proprietários da área.

Mesmo depois de terminarem o pagamento dos lotes, os moradores estão sendo ameaçados pelos loteadores de não receberem a minuta de suas escrituras caso não paguem os impostos atrasados, isto é, os impostos que os antigos proprietários devem à Prefeitura.

Latropaulo

A população do município de Caieiras, no Estado de São Paulo, está revoltada com os erros na cobrança das tarifas de energia elétrica que estão ocorrendo ali. Embora o último reajuste de tarifas tenha sido oficialmente de 30%, há casos em que ele tem sido muito superior. Um leitor por exemplo, teve sua conta aumentada de Cr\$ 2.040,00 para Cr\$ 4.870,00, do mês de abril para o mês de maio.

Nova diretoria

Tomou posse a terceira diretoria executiva da Associação dos Sociólogos do Brasil. A nova diretoria é presidida por Maria Sílvia Portella de Castro e composta por Maria Antonia Silveira, Adalberto dos Santos Capello e Messias Reis de Moraes. O Mandato da diretoria irá até maio de 1983.

Trabalhadores estão conquistando passos importantes com as greves

Em todo o País, várias categorias movimentam-se pelos seus direitos. Enquanto isso, preparam-se os congressos.

As greves que pipocaram no ABC paulista nas últimas semanas tiveram efeitos maiores que as vitórias alcançadas. Os benefícios conseguidos foram estendidos às fábricas de outras regiões, que nem sequer foram paralisadas.

Em diversos pontos do País os movimentos grevistas que eclodiram em diferentes Estados somaram vitórias, como a dos professores do Piauí e a dos metalúrgicos de Niterói; ou ganhos políticos na mobilização de categorias, como a do professorado de Goiás, Mato Grosso e Bahia.

A duração dos movimentos, tanto quanto seus resultados, variou de Estado para Estado, de categoria para categoria. E as vitórias foram alcançadas em dois dias — caso dos professores do Piauí —, ou depois de 36 dias de paralisação como em Goiás, apesar do governador daquele Estado, Ary Valadão, ter tentado criar uma associação paralela para esvaziar o Centro dos Professores de Goiás.

Duas outras greves por falta de pagamento, consideradas legais pela Justiça do Trabalho, ainda continuam: a da Ciferal, no Rio de Janeiro, e a da Cimetal, de Barão de Cocais-MG.

Enquanto isso, está sendo preparada a presença maciça de sindicalistas no Congresso Nacional, no dia da votação do Pacote da Previdência. E a mobilização não pára aí: em 1º de junho estará reunida, em Brasília, a Executiva Nacional da Comissão Pró-CUT, no dia 3 reúne-se a Comissão Nacional, também em Brasília, e nos dias 12 e 13 de junho vai ser realizado o Enclat do ABC na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.



Operários em greve, em Santo André, SP.

Vitórias estendem-se às outras empresas

Além de "rachar ao meio a classe patronal", a greve dos 53 mil operários das cinco principais montadoras de São Bernardo do Campo significou, também, uma vitória para metalúrgicos de outras cidades que, mesmo sem paralisação, obtiveram uma elevação no índice de reajuste real, acima do INPC. Em São Caetano do Sul, a General Motors do Brasil, antes mesmo que houvesse assembleia de seus empregados, informou que os 5,5% de produtividade seriam aplicados nos salários de abril na unidade instalada na região do ABC e na fábrica de São José dos Campos.

O mesmo procedimento foi adotado por cerca de 15 empresas de autopeças de São Caetano e por mais nove do município vizinho, Santo André. Em São Bernardo do Campo, os acordos firmados entre algumas metalúrgicas e o sindicato, eram ainda mais vantajosos: na Fabrini e na Filtrosnasa, por exemplo, os operários receberam 6% a título de produtividade, índice que chegou a 10,5% na pequena Filtrobrás.

Isso, sem contar que sete indústrias de médio e pequeno porte já haviam aplicado reajuste de 7%, antes do início da greve, não levando, assim, em consideração o efeito suspensivo determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que baixara para 4% o índice anteriormente fixado pelo TRT, em São Paulo.

Em São Bernardo, o acordo de 5,5% de produtividade e mais os 39 itens de cunho social foram estendidos também aos operários da Toyota e da Karman-Ghia, as únicas montadoras do município que não tiveram suas produções paralisadas na época da greve. No setor de autopeças, foram beneficiados os empregados da Motores Perkins, da Kubota Tekkos e da Brasinca, além de outras empresas de pequeno e médio porte que também se dispuseram, embora não oficialmente, a adotar a mesma medida.

No caso da greve dos metalúrgicos do Vale do Ribeira, julgada ilegal pelo TRT em face da intransigência do Grupo 14 da Fiesp, a mobilização dos operários de São Bernardo do Campo prevaleceu, mais uma vez: a Ericsson optou pelo reajuste de 5,5% e a Embraer, após conceder estabilidade no emprego por um ano, comprometeu-se a negociar com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos a aplicação da mesma produtividade a seus 6 mil empregados.

Organização

Ainda assim, o acordo assinado em separado pelo Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema não foi, economicamente, aquele que a categoria desejava, conforme admite o presidente dos metalúrgicos, Jair Meneghelli.

Os 53 mil operários das cinco principais indústrias automobilísticas de São Bernardo conseguiram, com sua mobilização e organização dentro das fábricas, sair de um piso salarial de Cr\$ 16.494,40 — fixado pelo IST e menor que o atual salário mínimo da região — para um salário normativo de Cr\$ 25.680,00. O primeiro, só seria reajustado em 31 de março de 83, enquanto o piso conquistado com a greve será aumentado em outubro, pelo INPC.

Dos 12 itens de reivindicações de cunho social estabelecidos pelo TST, os metalúrgicos, com sua mobilização, passaram a ter 39 no novo acordo, conquistando, assim, vantagens em horas extras, garantias salariais na rescisão, garantia de emprego à mulher gestante, além de outros pontos também importantes.

Jair Meneghelli não alimentava qualquer descrença. Calmo, e sobretudo convicto, ele justificava a presença reduzida de trabalhadores na sede da entidade em razão das

mini-asmbléias que haviam sido realizadas nas portas das fábricas, chegando, até mesmo, a antecipar quais as empresas que parariam na segunda-feira, dia 10, caso os salários de abril não viessem reajustados com 7% de produtividade: Volkswagen do Brasil, Scania, Ford, Mercedes Benz e Volkswagen Caminhões, exatamente aquelas nas quais não foi fabricada uma só unidade nos cinco dias que se seguiram.

Comissões de fábrica

Por outro lado, Jair Meneghelli sabia que a categoria estava se mobilizando por meio das comissões de fábricas, reconhecidas oficialmente em apenas duas ou três empresas, mas atuantes, de fato, em todas elas. Não fosse isso — diz — como explicar, então, as paralisações ocorridas no início do ano em fábricas de pequeno e médio porte, a exemplo da Fabrini e da Resil?

Isso sem contar a greve verificada na própria Volkswagen Caminhões, em protesto pela morte de um operário que não recebera o devido atendimento médico. De resto, ficou a grande vitória política conseguida pelos operários de São Bernardo do Campo, ao forçarem o Sinfavea a celebrar um acordo desvinculado da Federação das Indústrias, levando o empresário Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14, a falar inclusive em "traição". Indo mais além, Della Manna declarou que a decisão do Sinfavea "não foi seguramente uma contribuição à democracia que tanto almejamos".

Após uma série de troca de declarações conflitantes, o presidente do Sinfavea, Newton Chiaparrini, e Roberto Della Manna acharam por bem tornar público, em entrevista coletiva concedida no último dia 21, que "a coesão em torno do Grupo 14 da Fiesp estava mantida" e que o acordo com as montadoras não passara de "um atrito isolado".

No Rio, líderes vêm os pontos positivos

Em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, os empresários já haviam deixado claro: não queriam negociar a convenção coletiva dos metalúrgicos, cuja data-base era 1º de Maio. Os trabalhadores encaminharam suas reivindicações em março e até 17 de abril nenhuma resposta havia sido oferecida a eles.

A categoria mobilizou-se, a possibilidade de greve foi anunciada e nem assim os patrões responderam, com o objetivo de repetir em Niterói o que haviam conseguido no Rio de Janeiro: zero por cento de índice de produtividade para os metalúrgicos.

E a greve veio a 28 de abril. Durou nove dias e teve a adesão total dos 17 mil trabalhadores do setor na região. O Tribunal Regional do Trabalho declarou o movimento ilegal, mas concedeu 6% de produtividade, acima dos 4% a que os patrões haviam chegado depois da paralisação e muito acima do zero por cento inicialmente pretendido.

Avaliação positiva

—Com a mesma empolgação com que a greve foi declarada, ela foi suspensa. Tivemos um ganho razoável. Embora a maior parte da solidariedade tenha sido só a "de gogó", recebemos o apoio efetivo de algumas lideranças, partidos políticos e sindicatos de outras categorias. Não nos sentimos sozinhos e a divulgação foi excelente. Todo o Brasil ficou sabendo da nossa greve.

A avaliação é de Abdias dos

Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí.

Duas greves legais

Enquanto isso, prosseguem duas greves legais por falta de pagamento: no Rio de Janeiro, a da CIFERAL (que ficou tristemente famosa por causa da violenta repressão policial no dia 12 de fevereiro) e em Barão de Cocais (MG), a da CIMETAL.

A greve da CIFERAL vem desde janeiro, quando a empresa parou de pagar os salários. Os funcionários vêm recebendo o Fundo de Garantia que a empresa havia depositado até 1981. O advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Expedito Teixeira, queixa-se de que quase não tem havido apoio de outras categorias de trabalhadores para os da CIFERAL, exceto dos rodoviários cariocas e da população em geral.

Já Osmar Martins de Castro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais diz que solidariedade não tem faltado aos trabalhadores da CIMETAL, que desde 1º de fevereiro não trabalham porque não recebem.

E agora, depois de uma assembleia realizada no dia 21 de maio, resolveram não voltar ao trabalho até que lhes seja dada garantia de emprego e que sejam readmitidos os companheiros demitidos por desativação de setores. A categoria, agora, não quer apenas a reposição salarial.

Agenda dos Trabalhadores

MAIO

Encontro Estadual do PT, no Colégio Equipe, para definição da plataforma estadual e para escolha dos candidatos a deputado estadual federal.	29/30	São Paulo	SP
Prossigue a Semana Mundial do Preso-Desaparecido.	29 a 31	São Paulo	SP
Ato de Solidariedade à Argentina na Câmara Municipal.	31	São Paulo	SP
Encontro Estadual do PT para escolha de Candidatos a governador e senador, deputados estaduais e federais.	30	Belo Horizonte	MG

JUNHO

Encontro Estadual dos Engenheiros, tendo como temas a situação do mercado de trabalho e o ensino de engenharia no Brasil.	1ª quinzena	Niterói	RJ
Sindicalistas de todo o País realizarão manifestação, exigindo que o Congresso Nacional inclua em sua pauta a discussão do pacote da Previdência.	2	Brasília	DF
Reunião da Executiva da Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), na Contag.	1	Brasília	DF
Reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, na Contag.	3	Brasília	DF
Encontro Nacional dos dirigentes dos Sindicatos dos Petroleiros para discutir a pauta de reivindicações para a campanha salarial unificada.	7 a 11	Belém	PA
Encontro do Setor do Campo da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anamos), para discutir, entre outras, a questão da terra.	9 e 10	Goiania	GO
Encontro Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros.	9 a 12	Niterói	RJ
Novo Encontro Nacional da Anamos.	11 a 13	Goiania	GO
Posseiros e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizarão "Caminhada para a Justiça".	13	Naviraí	MS
Encontro Nacional dos Sindicalistas do PT, em lugar a ser definido.	24 e 25		

NOVEMBRO

Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador.	15	Em todo o Brasil	
--	----	------------------	--

Professores param

Professores de primeiro e segundo graus de quatro Estados brasileiros realizaram greves durante o mês de maio. Algumas das reivindicações eram comuns aos quatro casos: melhores condições de ensino e melhores salários.

36 dias em Goiás

Em Goiás, a greve dos professores durou 36 dias e acabou no dia 25 de maio. Mobilizou 15 mil dos 26 mil professores da rede estadual de ensino e só pôde manter-se durante tanto tempo graças à solidariedade dos mais diversos setores sociais. O governador Ary Valadão negou-se a dialogar com o Centro dos Professores de Goiás (CPG), reprimiu os grevistas através de demissão e transferência de seus líderes, e ainda tentou criar uma associação paralela para esvaziar o CPG. A greve foi encerrada sem que as reivindicações fundamentais fossem atendidas. Mas, de acordo com Delúvio Castro, houve ampla mobilização da comunidade, garantida pela realização periódica de assembleias com pais de alunos e populares.

Bahia e Mato Grosso

Na Bahia, a greve durou 16 dias e conseguiu parar 60% dos 65.000 professores estaduais e municipais. Nenhuma das reivindicações foi obtida. E o governador Antônio Carlos Magalhães também se negou a

receber os professores, os alunos e os pais de alunos.

Contudo, segundo Eliene Mello, vice-presidente da Associação dos Professores Licenciados, "a greve era por reposição salarial e tornou-se política. Fizemos denúncias da repressão do Governo e tivemos inúmeras manifestações de solidariedade que recebemos".

Em Mato Grosso, a greve dos professores começou no dia 21 de maio. Lá, a principal reivindicação é a regularização do Estatuto do Magistério, aguardada pela categoria desde 1974. A presidente da Associação Mato-grossense dos Professores, Senhorinha Alves de Oliveira, calcula que 3.000 mestres aderiram ao movimento e mostra entusiasmo com a ajuda da comunidade.

Vitórias no Piauí

No Piauí, o movimento grevista foi mais bem sucedido. Além do êxito em termos de mobilização (90% dos colégios de Teresina e mais três cidades do Interior pararam), ainda houve a conquista de 14 professores que impetraram mandado de segurança contra o Estado, reivindicando o pagamento de salário-móvel, e ganharam. A greve durou dois dias e foi liderada pela Associação dos Professores do Estado do Piauí. O governador, a exemplo dos demais, negou-se a dialogar com os professores.

Índio não quer ser cobaia

Dias 7, 8 e 9 duzentos líderes indígenas denunciarão o Governo e a FUNAI.

Cerca de duzentas lideranças indígenas deverão reunir-se em Brasília, nos dias 7, 8 e 9 de junho. Eles querem exigir do Governo um tratamento digno e respeitoso, e prometem fazer numerosas denúncias contra latifundiários e também contra a Funai.

Uma das mais expressivas dessas lideranças indígenas é Marcos Terena, que escreveu, especialmente para o Jornal dos Trabalhadores, o texto que vem a seguir.

Marcos Terena

A conscientização adquirida pelos diversos povos indígenas no Brasil da necessidade de uma maneira única de cederem seus direitos e clamarem para ter justiça dentro de um espírito digno, que seja assegurado, tem sido, ultimamente, uma busca de todos aqueles que durante mais de 4 séculos foram duramente explorados, marginalizados e espoliados, tal qual animais que não tinham sequer o direito de existir.

Repressão

No Brasil, a existência de uma entidade governamental, a FUNAI, cuja finalidade é dar uma assistência adequada aos indígenas, os coloca na situação jurídica de "relativamente incapazes", ou seja, o índio enquanto índio será considerado como tal, somente na condição de tutelado. A existência, também, de uma lei específica, os levam a ter alguma esperança de verem suas situações definidas. Entretanto, várias vezes, essa lei, até então entendida como protetora, foi usada para oprimir, reprimir lideranças e comunidades que ponderassem ou lutassem por seus direitos.

A ameaça era: emancipar esses inconvenientes. Emancipar os

que incomodam. A emancipação significa nada mais do que o índio deixar de ser índio, por conseguinte deixar de ter os direitos de índio. Sem esse direito, como lutar em favor deles próprios?

A Funai tem causado preocupação aos índios, pois enquanto não tem alcançado seu objetivo maior — que deveria ser o bem-estar de todos os índios, a demarcação de suas terras e o desenvolvimento dentro dela — procura, de uma outra forma, através de elementos da sua própria administração, provocar polêmicas e pôr em risco tudo aquilo que o índio alcançou através de seu próprio esforço, como, por exemplo, mantendo-se como índio, cultural e etnicamente diferente.

"Teste de índio"

Assim sendo, a Funai recentemente tratou de criar critérios de indianidades onde o índio deve ser submetido a testes de avaliação, segundo seus critérios, a fim de saber se o elemento é realmente índio.

Esse teste foi aplicado nos índios Guaranis do Paraná em que cada família teve que fazer esses testes com aprovações e reprovações. As notas variavam de 0 a 10. Quem tirasse média 0,5 seria reprovado. Não satisfeito com esse critério, o cientista louco da Funai, demonstrando espírito nazista, recomendou aos seus médicos a obtenção de tipos sanguíneos a fim de detectar os verdadeiros índios. Foi feito com os Tapirapés e com índios em trânsito por Brasília. Ponderado por alguns antropólogos, médicos e pessoas com alto senso indigenista, tratou de afastar tais elementos de sua área, demitindo alguns com argumento de que atrapalhava o progresso científico do campo indígena.

Esse cientista, com seis assessores, cujos salários variam de 300 a 400 mil por mês, realizam o trabalho com uma equipe formada



Marcos Terena, presidente eleito da União das Nações Indígenas

por pessoas que não ponderem mas se submetam às suas vontades tais como: Dionísio Marcelino de Souza João, origem portuguesa e professor de Matemática; Inaldo de Lacerda Lima, professor de Administração e pedagogia; Maria Antaurea de Lucena Banon, administradora da SUDEP; Neide Dal Dov de Britto, professora de religião; Otília Maria C. da Escócia Nogueira, antropóloga de gabinete (não viaja porque o marido não deixa); Raimundo José de Souza Lopes, administrador-chefe da Secretaria.

Somente com essas pessoas o Brasil gasta dois milhões e cem mil cruzeiros. Para que estudar que o índio tem cabelo liso e sangue vermelho? Enquanto isso o índio morre de gripe, sem terra para morar, sem terra como defender os seus. Enquanto isso o trabalhador

não tem medo de vida condizente com a situação geral. E paga seus impostos em dia, senão é multado. Para onde caminha o Brasil, qual o futuro das comunidades indígenas? Onde está a FUNAI?

Reunião

Pensando nisso, os índios irão reunir-se em Brasília no mês de junho. Duzentas lideranças indígenas estarão presentes. Nessa reunião questionarão seus problemas, afinal eles já existiam antes da primeira caravana colonizadora que implantou o regime de exploração. Felizmente o índio tem hoje consciência que deve lutar, unir-se ante a situação que nos cerca, antes que venham outros critérios que em nome da Ciência os faça de cobaia para desabafos de desajustados.

Jornal Popular: Piracicaba

Mais uma experiência de jornalismo voltado para os interesses das classes trabalhadoras está sendo iniciada, desta vez em Piracicaba, no Estado de São Paulo. Trata-se do "Jornal Popular", que começou a circular no dia 1º de Maio, graças a uma iniciativa da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Embora inicialmente o jornal dependa das verbas da Unimep, o objetivo de seus idealizadores é passar seu controle econômico e editorial para uma

Cooperativa Popular de Comunicação, que já está sendo formada. As decisões a respeito do jornal serão tomadas em assembleias com representantes dos diversos bairros populares da cidade.

O "Jornal Popular" não está vinculado a nenhum partido político, mas sua proposta se diferencia claramente dos outros órgãos populares. No seu primeiro número, há artigos escritos por operários da construção civil.

Punições acobertam as irregularidades

Em todo o Brasil, prosseguem as perseguições a pessoas que, por denunciarem arbitrariedades ou irregularidades administrativas do poder público, tornam-se vítimas da vingança dos que hoje ocupam postos de decisão no governo.

O Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores no Pará enviou ao governador daquele Estado, coronel Alacid Nunes, um relatório de casos recentes de perseguições a militantes do PT na região do Baixo Amazonas. No município de Aveiros, por exemplo, uma professora da rede estadual, Enoy Sena, foi dispensada por pertencer ao PT. A medida punitiva causou revolta entre os pais de alunos e estudantes que encaminharam abaixo-assinado à Secretaria da Educação, elogiando a competência da professora Enoy.

Dois outros casos denunciados pelo Diretório do Pará são o de Alfredo Gomes da Costa Filho, do PT de Gurupá, que está respondendo a processo por ter denunciado irregularidades administrativas em seu município, e o de Dinaldo Pedrosa, do PT de Santarém, que foi agredido por desconhecidos armados de revólver, registrou queixa policial, mas não foi atendido pelas autoridades policiais.

Médicos

Em São Paulo, dois médicos de um posto de saúde do bairro do Butantã denunciaram as péssimas condições de atendimento à população em seu local de trabalho. Em vez de terem sua denúncia

apuradas, Paulo José Moraes e Carlos Borsatto, ambos do PT, foram punidos pelo governo municipal: Paulo foi demitido e Carlos suspenso por 90 dias.

Três mil moradores do bairro de Butantã assinaram um documento em favor dos médicos, mas não conseguiram modificar a punição. Paulo Moraes e Carlos Borsatto, no entanto, resolveram recorrer à Justiça, não só para que o processo seja revisto, como também para provar que as punições não tinham amparo legal.

Além desses, outros médicos, do PMDB, também foram afastados de seus cargos ou transferidos de um lugar para outro.

Em Osasco

João Martins Filho foi enfermeiro da FUSAM (Fundação de Saúde do Município de Osasco) durante seis anos. Há algum tempo, filiou-se ao PT. No dia 15 de março, teve o azar de atender o filho de um amigo do prefeito Guaçu Piteri, o candidato a vereador pelo PDT, Orfeu Lott. O menino estava com o pé quebrado e no posto faltava material para colocar salto na bota de gesso. O enfermeiro João informou ao vereador que faltava material. Mas o vereador não gostou do tratamento que recebeu e prometeu vingança.

No dia seguinte, João estava despedido. O mais grave, contudo, é que até hoje não recebeu nada que a lei lhe garante: nem o Fundo de Garantia, nem o aviso-prévio, nem férias e 13º proporcionais.



Para que serve o governo?

A ganância e a irresponsabilidade das grandes indústrias têm provocado desastres ecológicos que põem em risco a vida de milhões de pessoas. Agora foi a Cia. Parahuna de Metais, causadora da onda tóxica que suspendeu o abastecimento de água de várias cidades situadas às margens do rio Paraíba. Até quando prevalecerão a omissão e a impunidade?

As mulheres contra as discriminações

O Tribunal Bertha Lutz procura fazer o julgamento dos princípios e das normas

A população conheceu uma outra face da Justiça no dia 29 de maio quando foi instaurado em São Paulo o Tribunal Bertha Lutz, em sua primeira sessão anual. Concebido por grupos feministas das mais diferentes propostas, o Tribunal, ao contrário do que se imagina, não depositará culpas e penas a um determinado réu, mas sim julgará todo o universo da discriminação contra a mulher.

Em sua primeira sessão, o Tribunal Bertha Lutz — batizado em homenagem a uma das primeiras deputadas federais e pioneira nas lutas pela emancipação da mulher — elegeu o tema trabalho para concentrar seus esforços, por considerá-lo a maior importância não somente para as mulheres, mas para os diversos setores organizados da população. Todas as informações recolhidas pelos organizadores do Tribunal serão posteriormente publicadas em cadernos que poderão subsidiar os sindicatos em questões de violação dos direitos da mulher.

Campo e cidade

A presidente do Tribunal, Zulajê Cobra Ribeiro, que é membro da OAB, abriu a sessão convidando o corpo de Juri, cuja constituição revela o caráter político, embora não partidário, do Tribunal. Entre eles, José Gregori, presidente da Comissão de Justiça e Paz; Walter Barelli, diretor do Dieese; Miriam Lee, empresária; Clarice Herzog, da Standard Ogilvy & Mather; Carlito Maia, da TV Globo; Helena Silveira, jornalista; Lígia Fagundes Telles, escritora; Abdias do Nascimento, líder e estudioso do movimento negro; Aluisio Mercadante, presidente da Associação de Professores da PUC; Clara Maria Araújo, da União Nacional dos Estudantes; Clara Ant, representante da Comissão pró-CUT.

Processo simulado

O primeiro caso de que se ocupou o Juri foi um processo real ocorrido em 1980, em que uma operária depois de cinco anos de serviço foi sumariamente demitida. Entrou na Justiça, a empresa negou que a operária tivesse exercido suas

funções reais como tentativa de não pagar o salário equivalente ao cargo.

Na acusação, a atriz Assunta Telles fez o papel de patrão e, na defesa, o ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso, denunciou as arbitrariedades da empresa. Finalizando, Almino chamou outras testemunhas com a finalidade de mostrar que infelizmente a discriminação à mulher ataca os mais variados campos.

Assim, uma bóia-fria, uma professora primária e uma empregada doméstica deram seus depoimentos; Fúlvia Rosenberg, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, demonstrou os preconceitos na formação profissional; o deputado Almir Pazzianoto tratou das mazelas da CLT e dos mecanismos que as empresas acionam para desfavorecer a mulher salarialmente; a advogada Marly Cardony examinou a questão de por que as mulheres hesitam em recorrer à Justiça; uma das fundadoras do movimento negro, Lélia Gonzalez, foi a responsável pelo tema da discriminação da mulher negra no trabalho.

Responsabilidade

Diante dos testemunhos, os jurados se retiraram para deliberar, mas o Tribunal não entra em recesso: Juliana Carneiro da Cunha apresentou uma coreografia ilustrando as implicações do trabalho remunerado e não remunerado desempenhado pelas mulheres.

Atrizes aproveitaram o espaço para falar de feminismo e as atuais candidatas feministas do PT, PMDB e PDT prestaram uma homenagem a Bertha Lutz pela sua combatividade no acesso da mulher à política, à vida pública.

O Juri retorna com o diagnóstico da situação da mulher no trabalho e com a sentença de que cabe a todos — mulheres, homens, sindicatos e partidos: a responsabilidade pela mudança das condições que agredem a doméstica, a bóia-fria, a secretária, a operária.

O Tribunal encerra sua sessão para recomenciar o trabalho de organizar e popularizar os dados sobre a mulher brasileira.

Reunião das petistas

Será realizado nos dias 19 e 20 de junho próximo o Encontro Nacional das Mulheres do PT, em local a ser ainda determinado. O Encontro discutirá principalmente os seguintes temas: avaliação do estágio atual do movimento de mulheres e suas formas de organização; a organização das mulheres dentro do PT; as mulheres do PT e as eleições.

Nos Estados

Em vários Estados serão feitos encontros preparatórios, sendo que o de São Paulo está marcado para o

dia 5 de junho, na Assembléia Legislativa.

Segundo a Comissão que está organizando o Encontro, este não pretende assumir posicionamentos acabados acerca dos diversos assuntos em pauta, mas sim dar um primeiro passo para seu equacionamento e para a estruturação das mulheres dentro do PT. É exatamente por isso que o Encontro será aberto à participação de todas as militantes do Partido.

As mulheres interessadas em participar devem procurar em seus respectivos diretórios as informações e documentos a respeito do Encontro.

Moradores unidos conseguem a praça

"O buraco da rua Rodésia" é o nome que o povo deu a uma área abandonada em Vila Madalena, na capital paulista, que virou verdadeiro depósito de lixo e moradia de ratos, onde frequentemente ocorrem acidentes e desmoronamentos.

Área de lazer

Os moradores do bairro, já há muito tempo, começaram a desenvolver a idéia de transformar a área numa praça que sirva de lazer para toda a comunidade. Começaram a surgir vários grupos de moradores apresentando diversos tipos de reivindicações, todas tentando dar ao "buraco" uma destinação social adequada. Várias vezes a Administração Regional (órgão da Prefeitura nos bairros) foi visitada por diferentes grupos, mas estes sempre recebiam respostas vagas.

Em 1972 a Prefeitura declarou a área de utilidade pública, mas, passados cinco anos, não apresentou nenhum projeto para o lugar, e em consequência disso, a declaração caducou.

União dos grupos

Enquanto isso, os moradores continuavam suas manifestações. Havia um grupo que passava um

abaixo-assinado exigindo melhorias. E havia outro, constituído de arquitetos, que, baseado em ampla consulta popular, desenvolvia um projeto preliminar da praça. Finalmente os dois grupos resolveram unir-se e travar a luta conjuntamente. O debate ampliou-se para toda a comunidade, e o movimento ganhou força.

Na consulta popular ficou claro que, no lugar de um viaduto, proposto pela Prefeitura para ligar duas ruas, os moradores preferiam uma área de lazer que contivesse também um espaço para atividades culturais. Partindo disso, os arquitetos elaboraram uma maquete. Aproveitando o declive natural do terreno, propuseram uma praça, com anfiteatro, em patamares.

Continuam organizados

Depois de pronto, o projeto foi submetido à opinião dos moradores e aprovado. Uma comissão levou o estudo ao prefeito, que diante da demonstração de união e organização popular, autorizou o secretário de obras a declarar a área de utilidade pública. Os moradores, porém, continuam organizados, pois já têm experiência de promessas não cumpridas.

Tribuna Livre

Contribuição de Trabalhadores

Plínio Sampaio
Tesoureiro do Diretório
Regional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo.

De muitos modos construímos o Partido dos Trabalhadores. Quando assistimos a uma reunião de núcleo, quando passamos um folheto ao colega, quando participamos de um ato público, quando lemos atentamente — sozinhos ou em grupo — os documentos do partido ou um livro sério sobre a realidade brasileira, nós estamos construindo o nosso partido. Mas, há uma outra maneira de construir o PT, que é tão importante quanto as demais: nós construímos o PT quando refletimos seriamente, quando planejamos minuciosamente e quando executamos rigorosamente o plano de finanças do nosso núcleo.

Não se pode fazer política sem dinheiro. Para tornar-se um partido forte e autônomo, o PT precisa conseguir recursos financeiros entre os seus filiados, entre os filiados que militam mais intensamente nos núcleos de base e entre pessoas que, embora não pertencendo aos quadros partidários, têm simpatia pela nossa luta e se dispõem a colaborar financeiramente para o êxito dela.

A base das finanças

Contribuições de filiados, de militantes e de simpatizantes constituem, portanto, a base do esquema de finanças do PT. Não é nada fácil conseguir um esquema financeiro que funcione com base nessas três fontes de recursos, por duas razões principais.

Primeiro, porque a idéia de que é preciso contribuir para partidos

políticos não faz parte da cultura brasileira. Isto tem uma explicação: o Brasil nunca teve partidos com penetração real na massa da população. Na verdade, os nossos partidos sempre foram máquinas eleitorais de caudilhos políticos, olhados com desconfiança pelo povo pobre. É compreensível que ninguém se disponha a fazer um sacrifício dos míseros recursos de que dispõe, a fim de contribuir para partidos nos quais o povo realmente não participa, sobretudo, quando se sabe que esses partidos se financiam de fato com doações dos grupos econômicos poderosos e dos milionários do País.

Em segundo lugar, porque a situação de miséria à qual foi levada a população brasileira pela política econômica do Governo, pesa muito fortemente sobre a classe trabalhadora e qualquer quantia, por pequena que seja, faz falta.

Três passos

Precisamos superar esses dois obstáculos. E o primeiro passo para isto é uma reflexão política: o PT não apenas é, mas precisa aparecer diante dos trabalhadores como o seu partido. De que modo conseguir que esta idéia penetre fundamentalmente na consciência dos filiados e dos trabalhadores com os quais cada militante se relaciona? Uma boa reflexão entre os companheiros do núcleo pode fazer surgir muitas sugestões interessantes. O segundo passo é o planejamento realista e criterioso: estabelecer metas realistas e detalhar minuciosamente as várias ações para atingi-las, dentro de certo período de tempo. O terceiro passo é o controle rigoroso da execução do planejamento realizado.

Circular da Secretaria Geral



Nossa Vez

Encontros estaduais

Vários Encontros Estaduais do PT já foram realizados e outros estão marcados: São Paulo, 29 e 30 de maio; Minas Gerais, 30 de maio; Pernambuco, 5 e 6 de junho; Piauí, 5 e 6 de junho; Goiás, 13 de junho. Além de indicação de candidatos os Encontros discutirão tática eleitoral, e criarão Comitês Eleitorais com sua respectiva assessoria de imprensa.

Campanha nas ruas

Na cidade paulista de Aguiá a campanha do PT já está nas ruas, com candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito em plena movimentação para as eleições de novembro. O candidato a prefeito é José Montenegro Barreira (Gordinho) e, a vice-prefeito, Sebastião Grilo Pereira (Nenzo).

Comitê eleitoral

O Diretório do PT da Penha em São Paulo vai inaugurar no dia 10 de junho o seu Comitê Eleitoral. Esse é o primeiro Comitê eleitoral distrital a ser formado na cidade de São Paulo.

Com palha

No interior de Santa Catarina, como em todo o Brasil, o PT não tem dinheiro. Mas isso não é obstáculo para a campanha eleitoral. Em Xanxerê os companheiros não tendo como conseguir papel para imprimir a propaganda do PT, começaram a fazê-la em palha de milho seca, devidamente prensada, presta-se a excelente impressão tipográfica. Sem dinheiro, mas com criatividade.

Em Valinhos

O Boletim do PT de Valinhos já está no número 4. Neste número o órgão do Partido daquela cidade paulista leva para as ruas as candidaturas a vereadores, prefeito e vice-prefeito. O candidato a prefeito escolhido pelas bases do PT é Heriberto Pozzuto, e a vice, Rita de Cássia Angarten Marchiore.

Novas vozes na luta

Acabam de ser lançados em Mato Grosso o Boletim do PT do Núcleo de Base de Rondonópolis, e o "Peteca", boletim do PT de Acorizal, que procuram divulgar as propostas do Partido e esclarecer os trabalhadores sobre seus direitos. O PT de Acorizal é constituído quase totalmente de lavradores que não vão deixar a peteca cair.

Santa Madalena

Com pipocas, quentão, vinho quente, balões e grupos musicais da região o núcleo do PT do Parque Santa Madalena, promoverá no dia 12 de junho próximo, uma grande festa-comício, na Praça do Jardim Planalto. Dizem os organizadores que o PT faz as coisas com alegria, por isso a festa junina durante o comício.

Petrolândia

Em Petrolândia, na região do submédio São Francisco, Estado de Pernambuco, o PT já conta com duzentos filiados, organizados em 11 núcleos de trabalhadores rurais (Santa Rita, Caldeirão, Benquerer, Riacho Salgado, etc.) e mais quatro na própria cidade. Como diz o pessoal de lá, o PT é o único partido que não foi formado pelas velhas raposas da política.

Sede em Santos

O PT de Santos está em casa nova. Depois de muito tempo sediado numa acanhada garagem que mal comportava as menores reuniões, o Diretório santista agora está numa casa grande, localizada na rua Silva Jardim, nº 84, onde problemas de espaço não mais incomodarão o Partido.

O Partido e as demais correntes de esquerda

O PT aponta, em algumas, o "aparelhismo" e o "entrismo"

A Secretaria Geral Nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou, no dia 18 de maio, sua circular nº 8/82, endereçada aos Diretórios Regionais, Comissões Provisórias Regionais e membros do Diretório Nacional. A circular trata das relações entre o PT e as demais correntes políticas de esquerda, e, mais especificamente, sobre as que atuam no interior do próprio Partido. A Secretaria Geral Nacional recomenda que o documento seja amplamente discutido no Partido "e encaminhado pelos Diretórios Regionais e Comissões Provisórias Regionais a todos os Diretórios Municipais e Distritais, para discussão a partir dos Núcleos de Base".

Trechos principais

São os seguintes os principais trechos do documento, que lembra, inicialmente, já ter chamado a atenção do Partido sobre o mesmo assunto há um ano:

"A retrospectiva de todo um ano mostra que as correntes de esquerda assumiram práticas diferenciadas com respeito à nossa organização. Uma parte delas, assimilando as características originais do Partido, empreendeu uma ação de compromisso com a sua construção e respeito a suas definições e princípios. Revelaram, de forma cristalina, a justeza da confiança depositada pela Resolução e outros pronunciamentos da Direção Nacional na possibilidade de as correntes de esquerda, com seu passado de lutas e com o potencial político de seus militantes, contribuírem de forma efetiva na edificação do PT.

"Outra parte, entretanto, adotou práticas reveladoras de seu ceticismo frente ao PT. Persistindo numa linha política definida anteriormente ao surgimento de nosso partido, não conseguiram enxergar, a partir de análise objetiva da nova realidade, o elemento original que dela despontava e o papel que lhes cabia, enquanto correntes que se proclamam do movimento operário popular, na consolidação do PT. O PT constitui-se, para elas, não somente em um elemento a mais da conjuntura atual e, portanto, trata-se apenas de adequá-lo a seus interesses enquanto correntes e utilizá-lo da melhor maneira na sua prática política. Tais práticas se revelam através de um conjunto de atitudes que refletem as deforma-

ções já apontadas por diversas vezes pela Direção Nacional.

"Uma primeira atitude é representada por algumas tendências que agem como se o PT fosse uma mera frente política de esquerda, simples soma de correntes. Atribuem-lhe, pois, um papel puramente tático e conjuntural e não conseguem enxergar no PT mais que uma possibilidade de acordos momentâneos entre essas diversas tendências em torno de objetivos parciais. Efetivamente não acreditam no PT, não respeitam suas decisões internas, tiradas pelo conjunto dos militantes, e, a todo instante, violam a unidade de ação, levando a sua própria política independentemente do PT.

"Uma segunda atitude, que pode ser denominada "aparelhista", vê o PT como simples engrenagem para a transmissão de sua política. As correntes que a adotam procuram utilizar-se das estruturas de nosso partido em benefício de seus próprios interesses particulares (como a eleição de seus candidatos no próximo pleito, por exemplo). Na verdade estão interessadas no crescimento do PT apenas na medida em que isso signifique crescimento de suas próprias correntes. A todo instante estão preocupadas em controlar instâncias do Partido, limitam a participação de outros militantes, atuando objetivamente contra o PT. Vêm no PT não um instrumento novo, produto das lutas dos trabalhadores e de suas formas mais elevadas de organização, voltado justamente para o fortalecimento dessas lutas. Mas apenas como um meio de se firmarem enquanto tendências, cada vez mais à margem do PT.

"Uma terceira atitude, que em realidade constitui uma variante da aparelhista, com características ainda mais prejudiciais, é a política do "entrismo", adotada por certas tendências. Para essas tendências, o PT não é um instrumento revolucionário, simplesmente porque não adota as suas idéias. São obrigadas a reconhecer, do entanto, o fato inegável de que o Partido é constituído fundamentalmente de trabalhadores e dia a dia ganha maiores simpatias entre as massas exploradas de todas as regiões do Brasil. Para essas correntes resta a opção de entrar no PT na tentativa de se aproximarem dos trabalhadores e se fortalecerem enquanto correntes

políticas. Em última análise pretendem transformar o PT no "seu" Partido, porta-voz de "suas" idéias. Porque o PT não adota suas visões políticas, algumas tendências adeptas do entrismo chegam a acusá-lo de ser um instrumento "contra-revolucionário"; procuram jogar o conjunto dos militantes contra a direção do Partido, utilizando-se para isso até mesmo da deturpação grosseira dos fatos, ao mesmo tempo em que tentam crescer enquanto tendência parasitando o PT. Começando a perceber que dificilmente o PT adotará as propostas estreitas que sustentam, esses setores já estabelecem como objetivo aglutinar em seu redor um número significativo de adeptos, dentro do PT, para romper com o restante do Partido na melhor oportunidade. A política do "entrismo" é essencialmente uma política fracionista que, em última instância, leva à divisão e enfraquecimento do PT.

"Exemplo maior de todos esses desvios apontados até aqui é o documento que veio a público — e inclusive às mãos da Executiva Nacional — durante a realização de nosso último Encontro Nacional. Atribuído a determinada corrente — ou parte dela — que proclama apoiar o PT, o documento revela de forma clara até que nível pode chegar a chamada política do "entrismo". Ali estão contidos os ataques mais ferozes ao PT e sua Direção, dentre um amontoado de falsificações e críticas descabidas. Chega-se mesmo à confissão de que, para tal tendência, só existem duas opções: ou bem consegue moldar o PT à sua imagem e semelhança ou rompe com o conjunto partidário.

"É desnecessário repetir que os compromissos da Executiva Nacional são com o conjunto da classe trabalhadora, no campo e na cidade, e não com essa ou aquela corrente, portando esse ou aquele desvio. Em conseqüência, é importante deixar bem claro que não hesitaremos em tomar drásticas providências contra esses desvios oportunistas, visando erradicá-los do PT e com o objetivo de manter, honrar e aprofundar os compromissos do Partido, que se estabelecem com o conjunto das camadas exploradas do país, e não com pequenas seitas."

No Rio Grande do Sul, os muros pintados com a proposta do PT

A propaganda eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul tem se caracterizado pela pintura de painéis que divulgam a proposta política do partido nos muros da cidade.

Sistema novo

Esse novo sistema de divulgação difere das tradicionais formas de propaganda adotada por outros partidos. É que o sistema faz propaganda do PT, e não dos candidatos individualmente, além de auxiliar a melhorar o aspecto da cidade.

Os muros são cedidos por simpatizantes do PT ou, dependendo da legislação do Município, pela própria Prefeitura, já que em algumas cidades os partidos têm espaços fixos para a propaganda eleitoral.

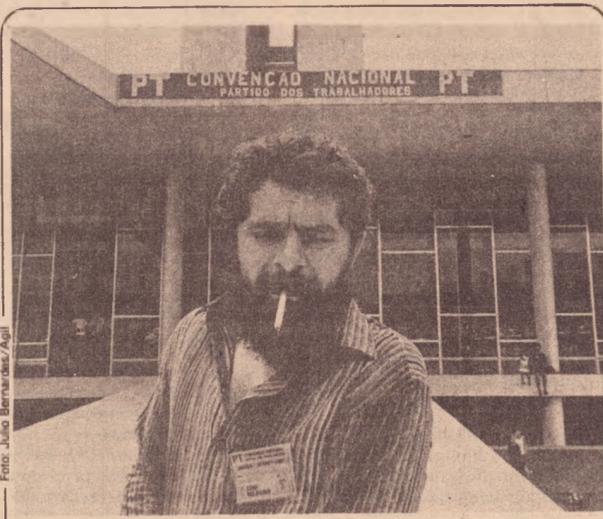
Os painéis são pintados pelos artistas do PT com o auxílio de outros militantes. Cada pintura custa três mil cruzeiros, mas esse tipo de propaganda tem grande repercussão na imprensa e tem sido aplaudido pela população.

Grande número de pessoas tem procurado o PT para colocar à sua disposição as paredes e muros de suas casas tanto na Capital como no Interior do Estado. O compromisso do partido com os proprietários é de, após as eleições de 15 de novembro, devolver os muros devidamente pintados.

PT discute funções e metas da Secretaria Internacional

A Secretaria de Relações Exteriores do Partido dos Trabalhadores vem realizando uma série de reuniões preliminares visando estabelecer um roteiro de trabalho e as metas prioritárias de seu campo específico de atividade. A Secretaria está aceitando sugestões e opiniões de todos os companheiros do Partido sobre essas questões.

Os assuntos mais imediatos de



De todas as formas
Desde a Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, no dia 27 de setembro do ano passado (foto), os dirigentes e os militantes do PT tem se empenhado em divulgar o programa, as propostas, a plataforma e as idéias do partido, por todos os meios. Iniciativas como as de Xanxerê e como as do Rio Grande do Sul, relatadas nesta página, constituem um estímulo para todos os petistas.

Festa-comício em Santo André

Santo André também assistirá ao lançamento dos candidatos do PT com a realização de uma festa-comício. Ela será realizada no próximo dia 6, das 14 às 17h30, na Praça do Carmo, e contará com a participação de Lula, Hélio Bicudo, Jacó Bittar, Lélia Abramo e do candidato a prefeito de Santo André, Celso Daniel. A festa-comício terá violões, grupos de teatro e venda de artigos do PT.

Fala, Companheiro!

Em Rondônia só havia a mata

Esta quinzena fala Onofre Airton Kojo, presidente do Diretório Municipal do PT de Pimenta Bueno, cidade localizada a 560 km de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia.

Depois que os militares tomaram o poder em 1964, o Estado do Paraná, onde nasci, foi caindo e caindo. Não havia mais terra e trabalho. Sai então para Rondônia por dificuldade, procurando trabalho. Só havia mata. Rondônia é um Estado novo, onde falta tudo e a prepotência impera. É muito grande a opressão, por causa da voracidade dos ricos e do atraso em que a região ficou durante todos estes anos.

O problema maior que existe é a falta de estrada. As que tem, na época da chuva ficam impossíveis de passar. O Governo estimulou a produção de cereais, como o arroz, mas não tem como escoar a produção. Como é que um lavra-



ador ou um colono vai carregar 30 ou 40 sacas de arroz nas costas por quilômetros e quilômetros? A maioria perde a produção. Outros plantam só para o consumo próprio. Num caso ou noutro, tem que arrumar serviço fora para garantir o sustento da família. Em Rondônia a renda maior é tirada da madeira. Serraria e cerâmica é o serviço que tem o ano todo. Mas é um salário miserável.



Moradores reivindicam

No bairro Bela Vista, Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, a Associação dos Moradores faz passeata e concentração, pelas suas reivindicações, por ocasião da visita de Lula. O presidente nacional do PT também visitou, no final de abril, Rondonópolis, Diamantino, Jaciara, Tangará da Serra e Rosário do Oeste.

Em São Paulo

O Encontro Estadual neste fim de semana

As datas das convenções municipais e da convenção estadual serão marcadas brevemente

Após alguns adiamentos em função de uma série de dificuldades, será realizado nos dias 29 e 30 de maio o Encontro Estadual de São Paulo para a escolha das chapas de candidatos a deputado federal e deputado estadual, além de aprovar a Plataforma Estadual de São Paulo para as eleições de novembro. O Encontro terá início às 8 horas do dia 29, e será realizado à rua Martiniano de Carvalho, 155.

As Convenções oficiais municipais, que estavam marcadas para o dia 6 de junho, e a Convenção Estadual, que estava marcada para o dia 13 de junho, foram desmarcadas pela Executiva Estadual de São Paulo, pois o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não havia regulamentado essas convenções. Agora que elas já foram regulamentadas, a direção estadual do PT deverá marcar brevemente as duas convenções.

Mulheres

No dia 5 de junho deverá se realizar em São Paulo o Encontro Estadual de Mulheres do PT. Esse encontro terá como pauta: Movimento de Mulheres em São Paulo, Organização de Mulheres no PT, As Mulheres do PT e as Eleições.

O encontro terá início às 9 horas e será realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo. Participarão do Encontro as militantes do PT que têm trabalho nos Movimentos de Mulheres.

Nos dias 19 e 20 de junho deverá se realizar em São Paulo o Encontro Nacional de Mulheres do PT em local ainda a ser definido. O Encontro Nacional será aberto a todas as companheiras que participam em Movimentos de Mulheres e terá a mesma pauta que o de São Paulo, mas referindo-se ao Brasil.

Sindicalistas realizam Encontro em São Paulo

O primeiro dos encontros estaduais do PT para a definição da linha sindical do partido, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, no último dia 22, contou com a participação de 127 delegados eleitos por trabalhadores metalúrgicos, enfermeiros, jornalistas, médicos, coureiros e bancários, entre outros, da Capital e do Interior do Estado. Nele esteve presente o vice-presidente nacional do PT e secretário sindical nacional do Partido, Olívio Dutra.

O encontro de São Paulo reafirmou a defesa do princípio da unidade sindical contra a tese do pluralismo, pediu mais ênfase nas questões das lutas dos trabalhadores rurais, e aprovou a criação da Central Única dos Trabalhadores numa "perspectiva mais próxima", segundo informou David de Moraes, secretário sindical do Diretório Regional Sindical de São Paulo.

Resoluções

No final dos debates, os delegados aprovaram a seguinte posição:

"Os militantes do PT devem empenhar-se na construção da CUT pela base, lutando pela realização de assembleias democráticas, de Enclats que elejam intersindicais unitárias e na perspectiva de que o Congresso de agosto delibere democrática e soberanamente os passos secundários à fundação de uma CUT que responda às necessidades de unificação e centralização da classe trabalhadora brasileira".

As conclusões do encontro de sindicalistas de São Paulo, num documento de mais de 10 páginas, acompanham, em sua maioria, as teses apresentadas no texto-base para discussão. Este material deverá ser encaminhado, aos diretórios ainda esta semana, segundo David. Para ele, o fato mais importante do encontro foi o de, pela primeira vez, ter havido uma discussão profunda a partir de mobilizações em diversas categorias de trabalhadores, além de ser um passo importante no processo de definição da linha sindical do PT.

Para ganhar a Copa, é preciso realismo

José Américo Dias

Dia 14 de junho está chegando... E os russos não vão dar nem pra um bom aquecimento. A classificação do Brasil no Grupo 6 vai ser mais fácil que ganhar do time reserva do Juventus. Até aí, tudo bem. Mas... e depois? Na Argentina, há quatro anos, foi quase assim. E, no final das contas, os portenozes ficaram com a Copa. De empate-zinho a empate-zinho, nós ficamos na esperança. Na esperança — lembrem-se...? — da Espanha, em 82. Por isso, desta vez, temos que ganhar. E se isso não acontecer... vamos ter todo o direito de pegar no pé dos responsáveis!...

Um alerta

O empate da Seleção contra a Suíça, no dia 20 de maio, em Recife, foi um alerta. Nosso time provou, na ocasião, que não é constituído por nenhum esquadrão de super-heróis, capaz de conquistar a Taça do Mundo por antecipação. O empate contra uma seleção europeia de segundo escalão foi um bom balde de água fria em cima do otimismo interessado que andava por aí. Otimismo muito ao gosto daqueles que querem manter os seus cargos na Comissão Técnica ou, ainda, dos que precisam garantir elevada audiência para os seus programas e transmissões esportivas, sustentados em contratos bilionários.

O velho Bellini, o mesmo que ergueu a Jules Rimet em 58, deu uma receita numa de suas entrevistas recentes: "É melhor que a equipe

viaje com descrédito". Tá certo, Bellini. Mas essa fórmula comodista não serviu para livrar a nossa cara em 66, quando perdemos para Portugal e outros. O lado bom do que você disse está no fato de que, encarando nossas possibilidades com realismo, estará ampliado o espaço para a crítica honesta do povo e de bons profissionais da imprensa esportiva.

Imitar 1970

A Seleção ainda tem erros. Todo mundo sabe. Pelé, por exemplo, afirma que Batista não pode ficar de fora da equipe titular. E ele está certo: Batista é o homem ideal para cobrir os avanços dos nossos laterais Júnior e Leandro, atuando como cabeça-de-área. Entre os erros, há também o da não convocação de Reinaldo. Mas ele já ficou de fora mesmo e agora não tem remédio. A justificativa apresentada não convenceu, mas a sua ausência não pode ser vista como uma tragédia.

A coisa vai mesmo ficar preta se o Telê Santana não se conscientizar dessa pequena verdade: para enfrentar os europeus, a pior coisa é tentar imitar o seu corre-corre seus sistemas defensivos sem tradição em nosso futebol.

Se for para imitar alguém, o Brasil deve imitar a si próprio. Particularmente aquele seu futebol ofensivo, apresentado no México, em 1970. Pois, se isso acontecer, não vai ter nem suíço ou alemão que aguente...

Um proseador, camelô da sua própria arte

Entrevista com Rolando Boldrim

Paulo José Moraes



Rolando Boldrim

Há quase um ano, a TV Globo transmite, nas manhãs de domingo, uma sensação de leite tirado na hora das tetas da vaca, que pasta tranqüila entre os montes de cupim e capim gordura. É o programa "Som Brasil", audiência quase total nesse horário.

Milhares de pessoas passaram a ter o costume, gostosamente caipira, de acordar cedo para receber a visita de cantadores de modas de viola, repentistas, seresteiros, poetas de cordel, gente anônima até então, que vem junto com grandes nomes da música popular brasileira, como Fagner, Dominginhos, Quinteto Violado, Paulo Vanzolini. Só que esses, quando vêm, despem a fantasia do artista famoso e vestem as botinas e os chapéus de palha como os outros.

Quem é

O idealizador, criador e condutor desse programa é o ator Rolando Boldrim, 45 anos, paulista de São Joaquim da Barra. Há 25 anos na televisão, cria na TV Tupi, onde começou ao chegar do interior, quando a Tupi era o que é a Globo hoje. Quando a emissora começou a dar mostras de sua fragilidade como empresa, ele foi para a extinta TV Excelsior, e de lá para a Record, onde ajudou a implantar o sistema de novelas.

Junto com José Amâncio, amigo e diretor do "Som Brasil", tentou em várias emissoras conseguir convencê-las da necessidade

de um espaço para a cultura popular na TV. A Globo topou a parada. Tinha a idéia de implantar um programa matinal de música sertaneja, como de praxe. A proposta de Boldrim era mais profunda, mas ali estava a chance. Pegaram.

Deu nisso aí, talvez o melhor programa musical da TV brasileira.

Contador de "causos"

Rolando Boldrim conversou longamente uma prosa envolvente como se estivéssemos na varanda da casa da fazenda, tomando aquele cafezinho coado há pouco pela comadre, e à espera de que os grilos começassem sua cantoria para a gente pegar a viola e sair pra serenata.

Primeira coisa: Boldrim não se acha um apresentador, muito menos um cantor. Não acha que tem recursos vocais, nem a preocupação de cantar bem. Compo-

sitor, sim. De suas modas e cantigas. Depois de um proseador. Um contador de "causos". Fez questão de dizer isso antes de lançar o programa. Seu negócio era interpretar os textos, sempre de autores brasileiros, ou suas crônicas, no meio da música dos convidados.

O sucesso do programa não o pegou de surpresa. Acreditava nesse espaço para o povo se manifestar culturalmente. Surpreendeu-se com a rapidez disso, já no primeiro programa. A humildade permanece no moço do interior. Tinha em mente que seu programa seria encerrado com Alvarenga e Ranchinho, paixão que tinha desde criança. Alvarenga já tinha morrido. Pra homenagear a dupla, vestiu a camisa xadrez, pintou o cavanhaque, pôs o chapéu de palha, e junto com Ranchinho, faz a dupla que encerra o programa. No mesmo

pique que caracterizou a única dupla caipira, com a sátira política presente. Indo beber a inspiração nas raízes da gente. Abrindo exemplo e caminho para outras duplas com a paródia na ponta da língua.

A música nas praças

No seu programa, não se trata de fazer famoso quem já é. O negócio é transformar Castanha e Caju, Pena Branca e Xavantinho, e outros, em sucessos nacionais. Como fizeram há pouco em Tucuruí, num show de oito horas e vinte minutos, que foi até depois das quatro da manhã, com 25 mil pessoas. A proposta é levar a música para as praças. Essa história do artista mostrar sua arte quando der vontade, pra quem quiser, onde estiver. Ser camelô de sua própria arte.

Elogia Plínio Marcos que vai vender seus livros na porta dos teatros e dos cinemas. Feito literatura de cordel. E aí, a música entra como força estimulante, como reflexão, para acordar quem estiver adormecido. Nunca para entorpecer o povo. Se você quer contar uma história, você conta. Quer dar um recado, você dá. Os puros, que parecem não ter consciência, esses, Boldrim acha que são os que têm maior consciência, afinal sofrem na carne a pobreza e a opressão. Quando fazem um verso falando sobre isso, é muito mais forte do que qualquer outro.



Francisco Cuoco e Eva Todor, da telenovela "Sétimo Sentido".

Quando o patrão é bom e ainda prevê futuro

"Sétimo Sentido" uma novela típica da Globo

Lúcia Araújo

Junte um aparelho de videocassete (para garantir os lucros da Sharp) e uma boa dose de paranormalidade. Acrescente um patrão inescrupuloso e algumas passeatas. Tempere tudo com o legendário casal Cuoco — Regina Duarte e sirva ao estilo Janete Clair.

Esta é a receita da Globo para faturar o público no cobicho horário das oito da noite. O nome do prato é "Sétimo Sentido", e a intenção, embora pudesse ser a de atacar o estômago, é, na verdade, a de divertir. "Acredito na fantasia e o público encontra na novela muita verdade e afinidades", como define a autora Janete Clair.

A patroa injustiçada

A escolha de Regina Duarte para interpretar Luana, a heroína de "Sétimo Sentido" é, para Janete Clair, um ingrediente indispensável para o sucesso da novela: "ela transpira êxtase, tranqüilidade de espírito e a personagem vai transmitir um sofrimento, vai pensar tanto que tenho certeza de que o público vai participar, reagir e fazer torcida pela personagem".

A torcida pela sorte de Luana terá que considerar e solidarizar-se com a vida de uma mulher marroquina que volta ao Brasil para reivindicar a fábrica do pai, roubada por uma outra família. Para auxiliá-la, seu sétimo sentido, ou seja, o poder de ter visões do futuro, e adesão das operárias da fábrica à sua causa.

As operárias, com certeza hipnotizadas pelo sétimo sentido de Luana e aviltadas pela crueldade de Tião (Francisco Cuoco), braço direito da família atual proprietária da fábrica, apesar de reivindi-

carem seus direitos, desejam mesmo a volta da boa patroa. "Ela é uma pessoa sem ambição, que quer a fábrica para fazer uma cooperativa com as operárias", explica Janete.

A imagem do patrão malvado (e vaidoso, pois fica assistindo a si mesmo em um aparelho de videocassete) é permanentemente contrastada com a angelical figura da patroa simpática e desapegada, proprietária por direito, num mundo "onde a pessoa tem que ser malandra, tem que ser comercial, se vender e no esquema Luana não entrará nunca".

A torcida

A relação bom-e-mau-patrão sobrepuja as relações entre patrões e empregados, e os conflitos só funcionam para acentuar a existência do patrão, e não para questioná-la.

A torcida, imagina Janete Clair, irá dirigir-se para a boa patroa e não para as operárias. "Quero passar a certeza da esperança de alguém com bons propósitos que foi mal interpretada, pois não pode passar do limite do sistema que fecha os canais a nível moral, político etc..."

Entretanto, seria louvável que nossa consagrada autora das novelas tentasse nas suas próximas experiências abrir também o vídeo para aqueles que até agora têm servido de paisagem para os heróis. Com certeza, a torcida será muito mais animada da parte daqueles que de alguma forma representam a vida que se leva fora da tela da TV. Sem parapsicologia, mas com muita coragem e criatividade.

Poesia Tributo a

Sérgio Buarque de Holanda

Ele documentou "Caminhos e Fronteiras" da História de toda a civilização brasileira, e a veracidade das raças oprimidas na América Latina inteira.

Deixou a "Visão do Paraíso" em nossa rubra bandeira e no afã das "Raízes do Brasil" contra a "Cobra de Vidro" matreira.

Escritor revolucionário participante e modernista, sonhador incansável por um país socialista.

Professor, intelectual historiador e jornalista do Bairro da Liberdade de visão "Estética", revista.

Em "Monções" até diretor da Biblioteca Nacional e do Museu Paulista.

Em 24 de abril perdemos um grande humanista, "Do Império à República" até a arte vanguardista enriqueceu o acervo da cultura nacionalista.

Modaum Matus

28 Abri 1982

Assine o Jornal dos Trabalhadores

- Cr\$ 1.000,00 por 24 números
- Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome Idade

Profissão Idade

Endereço (rua, número)

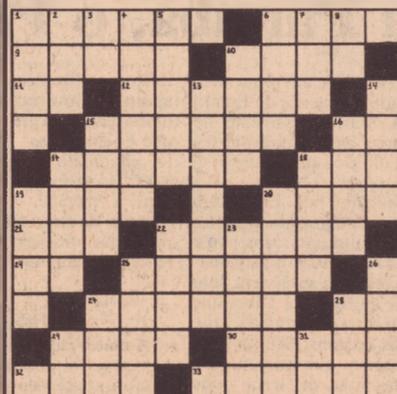
Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de Perseu Abramo. Remeter para **Jornal dos Trabalhadores — ASSINATURAS — Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, Cep 01318, São Paulo, SP.**

Atenção, fotógrafos

Aos companheiros e simpatizantes do PT de todo o Brasil que tiverem fotografias das atividades do Partido e dos movimentos populares, pede-se que colaborem com a formação do arquivo fotográfico do JORNAL DOS TRABALHADORES. Favor enviar fotos (identificadas) e/ou negativos para a sede do jornal, com uma carta contendo nome, endereço e demais dados do colaborador.

Palavras Cruzadas



- Horizontais**
- 1 — Porto livre do Amazonas.
 - 6 — Dói no pé.
 - 9 — É dito por quem não volta mais.
 - 10 — É perseguido pelo gato.
 - 11 — Popular de toma.
 - 12 — Óleo purgativo.
 - 15 — Geralmente, dada de presente às meninas.
 - 16 — O boro.
 - 17 — Ladrão do mar.
 - 18 — Sem ele não há música.
 - 19 — É a Patalógica do Walt Disney.
 - 20 — Pelota.
 - 21 — A mais famosa foi a cristã.
 - 22 — O Atlântico é o nosso.
 - 24 — Bastal.
 - 25 — Tonifica a palavra.
 - 27 — Parvo, tolo.
 - 28 — Quim símbolo do ouro.
 - 29 — Orifício da pele.
 - 30 — A ciência da moral.
 - 32 — Rio da França.
 - 33 — Utilidades.
- Verticais**
- 1 — É virgem nas florestas.
 - 2 — Nome de homem.
 - 3 — Sigla de Nordeste.
 - 4 — A primeira luz do dia.
 - 5 — É famosa a de Urubupungá.
 - 6 — A "mãe" do açúcar.
 - 7 — Divisão de peça teatral.
 - 8 — Tecido fino.
 - 10 — Abundante, farta.
 - 13 — A baleia é um.
 - 14 — A cidade do Nero.
 - 15 — Carro da antiga Roma.
 - 16 — O doce das velinhas.
 - 17 — O estado de Belém.
 - 18 — É procurado pelo insone.
 - 19 — Alvo, mira.
 - 20 — A raiz que todo mundo come.
 - 22 — Preguiça.
 - 23 — Criaturas, seres.
 - 25 — Terreno em frente a uma igreja.
 - 26 — Cruzam-se nas esquinas.
 - 27 — Partícula eletrizada em movimento.
 - 28 — Cachaça ruim.
 - 29 — O veículo do pedestre.
 - 31 — Abreviação: idem.



JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 5 — Primeira Quinzena de Junho de 1982 — Cr\$ 50,00

Na Bahia

Campo Alegre de Lourdes, um lugar como milhares

*Esquecidos de quase todos, desprotegidos pelo
Governo, explorados pelos grandes fazendeiros*

Campo Alegre de Lourdes, no finalzinho do Estado da Bahia, quase na fronteira com o Piauí, vive a sina que é igual à de quase todo o interior do Nordeste, desprotegida dos órgãos do governo e esquecida de quase todos, menos de algumas pessoas da oposição.

direitos dos trabalhadores, os sindicatos, parece que vive em jogadas de patrões. Ficam acomodados e parecem que querem silenciar o povo. Eles não manifestam o sofrimento dos trabalhadores rurais aos órgãos competentes nem que fosse só para diminuir o flagelo, pois para acabar com ele, só mesmo com a união dos trabalhadores.

Sindicato acomodado

Os trabalhadores deste Município há dois anos vivem perdendo todas suas lavouras. A situação para eles é sempre ruim. Vivem da agricultura pois outra coisa não sabem fazer. Eles ouviram o presidente dizer, pelo rádio, que ficassem em suas roças, que não saíssem de suas pequenas propriedades. Mas como podemos ficar sem nada para comer e sem ter ganhos para sobreviver com nossas famílias?

Muitas vezes até quem devia defender os

É por isso que em Campo Alegre de Lourdes, no finalzinho da Bahia, estamos organizando o PT — o partido dos próprios trabalhadores. Porque só com ele é que vamos conseguir melhorar as nossas condições de vida. Esta luta do dia-a-dia tem sido difícil, mas corajosa, pois sabemos que os patrões não querem perder seus escravos e sim mantê-los sujeitos à sua vontade.

(L.J.)



Os moradores da Água Funda, numa passeata com máscaras, protestaram contra a fumaça da Aliperti.

Moradores contra a poluição

Na periferia de São Paulo, uma fábrica envenena o povo há quase vinte anos

O senhor sabe onde fica a Aliperti? "É logo ali naquela fumaceira." É a informação que se tem para encontrar a Siderúrgica J.L. Aliperti, no bairro da Água Funda, em São Paulo. Os moradores do lugar sofrem os efeitos da poluição da fábrica há pelo menos 19 anos, e são comuns as doenças respiratórias, irritação nos olhos, nariz e pele.

"A gente às vezes ignora pra poder viver. A pessoa vê que está doente, vai ao médico e pega um remédio sem querer saber a causa da doença", diz uma moradora. "E tem mais: a casa nunca fica limpa, a roupa fica suja no varal, é um inferno."

Mobilização

No ano passado a situação chegou a um ponto insustentável. Os moradores se organizaram, fizeram uma passeata e conseguiram que a CETESB instalasse um laboratório volante, que ficou 79 dias trabalhando no lugar. Colhidas as amostras, o resultado foi terrível. Ficou constatado que a

J.L. Aliperti, por dia, despeja pelas suas 12 chaminés 15 toneladas de dióxido de enxofre, 13 toneladas de material particulado (ferrugem), 3 toneladas de óxido de nitrogênio, 200 quilos de monóxido de carbono, sem contar o gás ozona, que na pesquisa ultrapassou 16 vezes em 19 dias o padrão máximo que poderia ser ultrapassado uma vez por ano.

Além de comprometer seriamente a saúde da população, a poluição da Aliperti também está acabando com as reservas florestais da região, principalmente o Jardim Botânico e o Parque do Estado. Nesses lugares já foi constatada a extinção de várias espécies vegetais.

Passeata

No dia 16 de maio, um domingo, os moradores da Água Funda voltaram às ruas numa passeata que reuniu 1.500 pessoas. É que a empresa, que tinha prometido instalar equipamentos antipoluidores, instalou apenas filtros que seguram as partículas sólidas, isto é, as 13 toneladas

diárias de pó de ferrugem. Os gases, em torno de 20 toneladas diárias, continuarão afetando a saúde da população, causando bronquites, alergias, e mesmo câncer.

Mas a luta dos moradores não pára. Além da poluição, existem problemas quanto à segurança dos 3.000 operários da indústria, e aos terrenos que a Aliperti vem tomando irregularmente.

Carta à empresa

O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, enviou uma carta ao presidente da CETESB em apoio às reivindicações dos moradores do bairro da Água Funda para o efetivo controle da poluição causada pela siderúrgica J.L. Aliperti. Nessa carta, Suplicy reafirma a justiça das reivindicações e conclui alertando que os benefícios à saúde da população são sempre maiores que o custo a que se deve obrigar as empresas a instalarem equipamentos que eliminem as fontes de poluição.

O velho terror no Estado de Rondônia

Posseiros foram mortos, sindicalistas e padres foram presos. Mas os jagunços, a mando dos patrões, continuam à solta

Montezuma Cruz

PORTO VELHO — Francisco Cesário, presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado D'Oeste, Estado de Rondônia, continuava preso (até o encerramento dessa edição) na cidade de Ji-Paraná, no mesmo Estado. Cesário, que é também candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores em Rondônia, está detido juntamente com os posseiros José Pedro de Alcântara, José Barbosa dos Santos e Lauro Rocha, e mais os religiosos Otto Reminger (da Igreja Evangélica do Brasil) e Olavo Nienow (representante da Comissão Pastoral da Terra em Colorado D'Oeste) acusados de co-autoria de homicídios em conflitos pela posse de terra e de "comandarem" invasões de propriedade.

Posseiros presos, jagunços soltos

As prisões ocorreram depois de um tiroteio entre posseiros e jagunços no último

dia 4 de maio, na fazenda Cabixi, em Colorado D'Oeste.

Um grupo de mais de trinta posseiros havia-se dirigido a Domingos de Oliveira, mais conhecido como 'Domingão' e que era um dos capatazes dos latifundiários, para comunicar-lhe que por decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal todos eles voltariam a ocupar seus lotes de terra.

Furioso, Domingão chamou seus jagunços e todos abriram fogo contra os posseiros. Estes reagiram, e o resultado do tiroteio foi a morte de Domingão e de sua mulher, de um jagunço conhecido como Juraci, e do posseiro Dely dos Reis.

A Secretaria de Segurança Pública de Rondônia informou à imprensa que os "invasores" da fazenda estavam armados de espingardas e revólveres no "ataque" a Domingão. Mas não fez um só comentário sobre as Winchester (privilegio do jagunçismo armado daquela região), rifles e

garruchas apreendidas pelos posseiros das mãos dos jagunços liderados por um tal de 'Paraguai'. Este tipo, inclusive, foi agarrado e levado à delegacia de Colorado D'Oeste, sendo solto logo após o início do inquérito.

Já os posseiros não tiveram a mesma sorte. Cerca de trinta deles prestaram depoimento por horas seguidas até a noite, acabando por dormir ao relento, em frente à delegacia. Francisco Cesário, José Pedro, José Barbosa, e Lauro Rocha ficaram detidos e foram em seguida levados a Ji-Paraná.

Prisão ou Sequestro?

A repressão aumentou mais ainda no dia 15 de maio, quando os religiosos Otto Reminger e Olavo Nienow foram chamados à Prefeitura de Colorado D'Oeste para assinar uns papéis. Lá chegando, para sua surpresa, depararam com mandados de prisão preventiva contra eles, sendo

embarcados de bermudas num avião e levados para o cárcere de Ji-Paraná, onde se encontraram com os posseiros e o líder sindical presos.

Como ninguém sabia do paradeiro dos religiosos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) chegou a denunciar o caso como sequestro. Enquanto isto, o pastor Artemio e o padre José eram informados pelas autoridades locais que os religiosos estavam presos na cidade de Vilhena, para onde se dirigiram levando roupas para os detidos. Mas quem acabou localizando os dois religiosos presos foi o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Rondônia (OAB-RO), Pedro Origa Neto.

Sequestro ou não, a Segurança Pública acabou recebendo diversos manifestos e documentos de solidariedade ao pastor Otto Reminger e a Olavo Nienow, enviados de todo o País. Além disso, esteve também em Ji-Paraná o vice-presidente da Igreja

Luterana do Brasil, pastor Gottfried Brakemeier.

Liberdade para os presos

Sem qualquer vinculação partidária, o pastor Otto Reminger declarou na prisão que sempre advertiu seus fiéis para que não usassem a força na luta pela manutenção de suas posses de terra na fazenda Cabixi. Os posseiros, de seu lado, vêm protestando pela injustiça de que foram vítimas, pois apenas reagiram aos tiros disparados pelos jagunços a serviço dos proprietários da fazenda.

Em razão destes fatos, o advogado Orestes Muniz, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná e assessor jurídico da Contag, ingressou no dia 19 de maio com um pedido de revogação das prisões preventivas decretadas contra os posseiros, os dois religiosos e o líder sindical e membro do PT Francisco Cesário.

Conquista feita com a marca da violência

O Governo persegue os que se rebelam e se opõem à exploração e à repressão

A História muitas vezes se repete, e isso certamente acontecerá em Rondônia, o mais novo Estado brasileiro. Paraíso dos grupos latifundiários, assim como o Paraná de 40 anos atrás, em Rondônia já não constitui novidade as prisões de religiosos, posseiros e líderes sindicais, as pressões de todo o tipo contra os trabalhadores e todos aqueles que clamam por justiça. O Governo, de sua parte, finge não ver nada tentando criar a imagem de que a calmaria existe e não sofre rupturas.

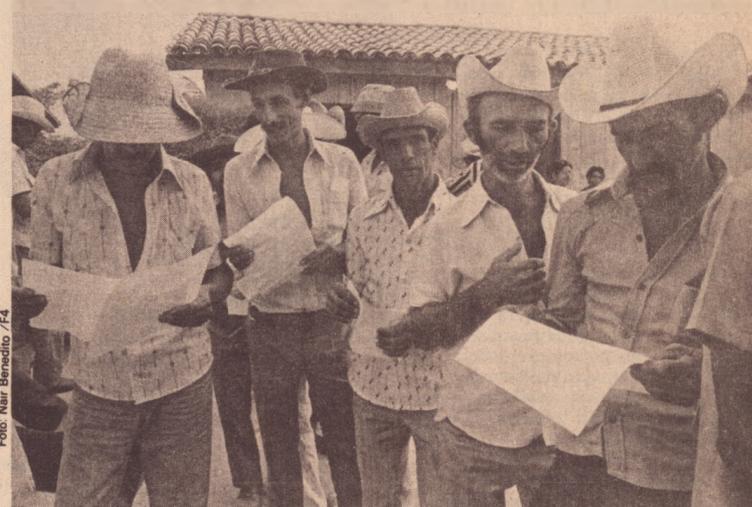
Em 1980, esse mesmo Governo processou o padre Giovanni Zanotto, o 'João Caboclo', de Pimenta Bueno (localizada a quase 500 quilômetros da capital, Porto Velho), acusando-o de incitar os posseiros

a invadirem uma fazenda. O prefeito de Pimenta Bueno, Vicente Homem Sobrinho, que vem sendo mantido no cargo desde o Governo anterior, fez de tudo para enquadrar João Caboclo na Lei de Segurança Nacional e expulsá-lo do País. E as perseguições contra ele não cessaram.

Um outro exemplo: ano passado, no alto Guaporé, a Igreja iniciava a distribuição de medicamentos caríssimos contra a malária, que matava centenas de lavradores daquela região, quando uma comitiva de policiais civis, militares, federais e até membros do PDS pressionaram o bispo Geraldo Verdier, de Guajará-Mirim, para que ele determinasse a

paralisação da campanha. Revoltados, os lavradores reuniram-se em frente à igreja e dispensaram qualquer auxílio da Secretaria da Saúde do governo, que temia em realizar o trabalho. Houve até apreensão de remédios fornecidos pela Cruz Vermelha internacional, e muita gente morreu por falta de assistência.

Novos conflitos vão surgindo a cada dia que passa, sempre marcados pela extrema violência dos jagunços a serviço de grandes grupos empresariais e latifundiários, acobertados pela omissão das autoridades que muitas vezes se juntam a eles na tarefa de intimidar e agredir religiosos, trabalhadores rurais e líderes sindicais.



Os trabalhadores do campo sabem quem os explora e persegue.

Empresa demite sindicalizados

Por terem participado de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares (Espírito Santo), 25 empregados da firma Barros Durão Limitada foram mandados embora, sem aviso-prévio. A denúncia foi formulada pelo Sindicato e constatada pelo Conselho da Área da BR-101 da Arquidiocese de Vitória.

O Sindicato de Linhares afirma que os 25 trabalhadores demitidos participaram de uma reunião na sede da entidade e de outras em suas próprias residências. Numa delas, no dia 2 de maio, um dos proprietários da Barros Durão Limitada, sr. Waldir Durão, ameaçou dois diretores do Sindicato de adotar represálias contra as reuniões. E no dia seguinte, os 25 trabalhadores estavam despedidos.

Na Paraíba, o Proálcool vai engolindo as terras

Camocim é o nome de um pequeno lugarejo situado no interior do Estado da Paraíba. Mais precisamente, na zona conhecida como brejo paraibano (as outras zonas do Estado são a mata, o agreste e o sertão).

A terra em Camocim é boa. Era para o povo de Camocim viver feliz trabalhando a terra para tirar o seu sustento. Mas não é isto que acontece. Desde 1979 os trabalhadores rurais de Camocim estão em luta contra uma grande destilaria, a Tabu, que pretende expulsá-los das terras que ocupam há dezenas de anos. São ao todo 70 famílias de posseiros que brigam para manter os 904 hectares de terra onde moram e trabalham.

A briga começou com a implantação do Proálcool pelo Governo federal. Na pa-

raíba, o Proálcool foi chegando com apoio do Governo, e em Camocim a Destilaria Tabu (do grupo Lundgren, o mesmo que é dono das Casas Pernambucanas) foi engolindo terra e mais terra. Papou 8.000 hectares de terra, embora não use nem a metade, e não ficou satisfeita. Cismou de ficar também com a terra dos posseiros, oferecendo indenizações irrisórias e intimidando quem não queria aceitar.

A briga ficou boa

A maior parte das famílias resolveu ficar na terra. Os posseiros decidiram exigir a desapropriação das terras de acordo com o que está previsto no Estatuto da Terra. Juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitumbu, onde fica lo-

calizada Camocim, eles apelaram às autoridades. Mandaram cartas e ofícios ao governador, aos seus secretários, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à Justiça, ao presidente da República e aos seus ministros.

As autoridades, como de costume, não tomaram nenhuma providência. O governador, numa audiência concedida aos posseiros em dezembro do ano passado, chegou a afirmar que não tinha competência para resolver o problema.

Enquanto isto, jagunços da Tabu procuraram amedrontar os trabalhadores. Passaram a rondar as casas e as roças à noite, sempre com armas nas mãos. Não satisfeitos, derrubaram casas (de dona Joana e de Zezinho e Maria Gomes) e a própria escola do lugar com um caminhão

da Usina. E depois ainda chamaram a polícia para prender alguns trabalhadores sob a acusação de que teriam tocado fogo no canavial.

O governador resolveu agir. Disse à imprensa que os trabalhadores estavam sendo insuflados por gente estranha, colocou um destacamento de polícia nas terras em litígio, e ao mesmo tempo ofereceu terra aos posseiros no Município de Mamanguape. Os posseiros foram até lá verificar e viram que as terras já estavam ocupadas: caso aceitassem ir para Mamanguape, iriam desalojar os que lá se encontravam.

Os trabalhadores resolveram continuar a briga. Cada vez mais unidos eles reafirmam que desapropriação das terras é a única solução para o conflito.